

PREPARO TÉCNICO,

Investimentos de R\$ 2.323 bilhões até 2014

ALONGAMENTO,

Expansão de 39 km da rede subterrânea e 906 km da rede aérea

CONDICIONAMENTO FÍSICO

Quase 13 mil pessoas da força de trabalho, 24h por dia, 7 dias na semana, trabalhando pelo Rio

E MUITA FORÇA.

Investimento de R\$ 1.134 bilhão somente para atender à Copa e às Olimpíadas



PREPARANDO O RIO PARA O FUTURO.

revista **Senge-RJ**

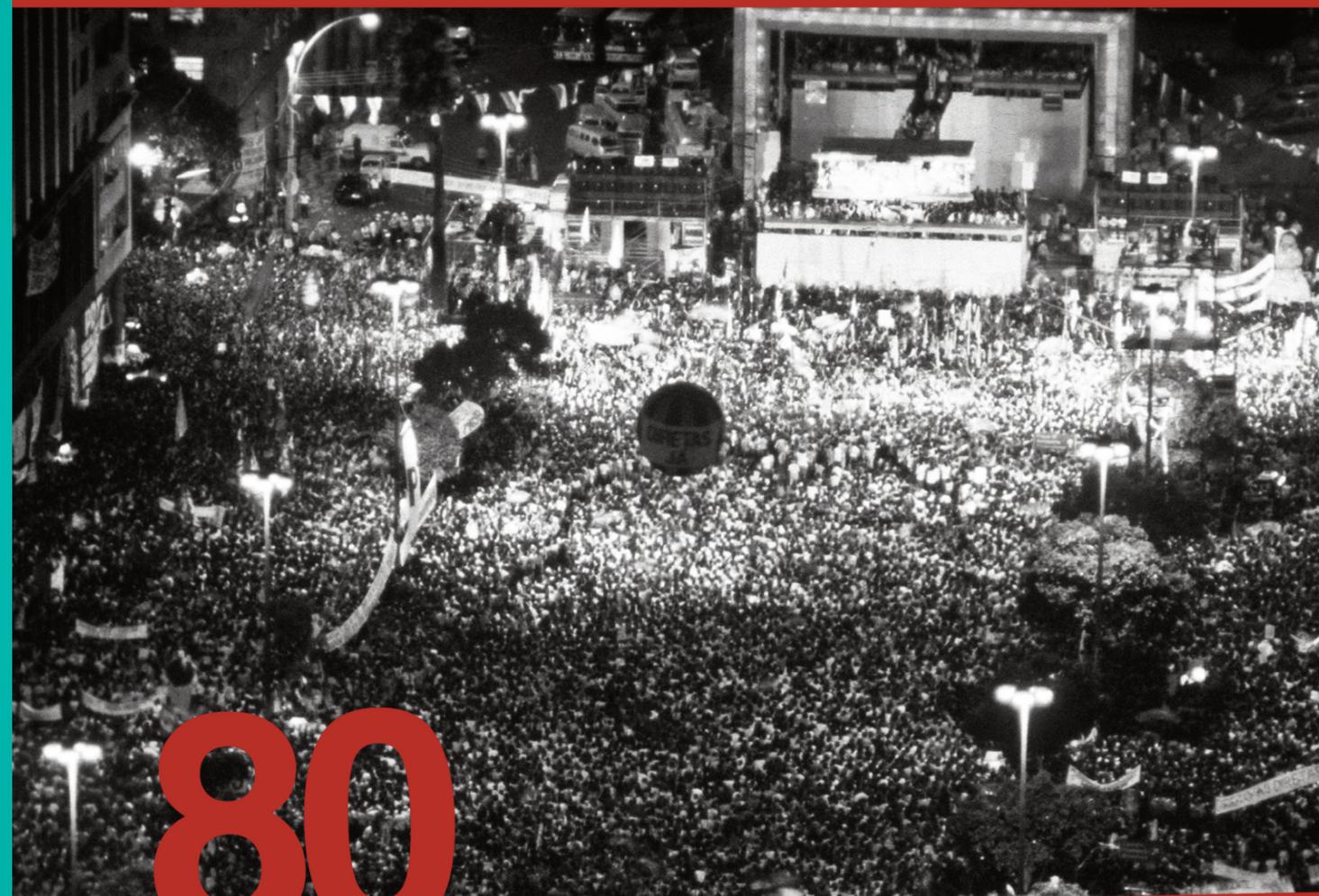
Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro



Edição especial

Rio de Janeiro, dezembro de 2011

www.sengerj.org.br



80

ANOS DE LUTAS

RESGATE DA MEMÓRIA, AFIRMAÇÃO DA HISTÓRIA.
AVANÇAR É PRECISO

Tempos difíceis e duros na construção de espaços de debates, no confronto de ideias, no enfrentamento à repressão, na luta por uma nação soberana e uma sociedade justa.



A festa da democracia no encontro de ideais, nas manifestações públicas, nas reivindicações coletivas, na luta diária e militante, por um país que respeite a plena cidadania de seu povo.



**Sindicato dos Engenheiros
no Estado do Rio de Janeiro**

Av. Rio Branco, 277 - 17º andar - GR 1701/1704
Centro - Rio de Janeiro - CEP.20040-009
Tel.: (0xx21) 3505-0707- Fax: (0xx21) 3505-0733
E-mail: sengerj@sengerj.org.br
www.sengerj.org.br

Filiado à



CONSELHO DIRETOR

Olímpio Alves dos Santos (Presidente)

Agamenon Rodrigues E. Oliveira
Antonio Carlos Soares Pereira
Antonio Gerson Ferreira de Carvalho
Carlos Alberto da Cruz
Clayton Guimarães do Vabo
Clovis Francisco do Nascimento Filho
Eduardo Ramos Duarte
Fernando de Carvalho Turino
Flávio Ribeiro Ramos
Francisco Parentes de Rezende Correa
Gunter de Moura Angelkorte
Jorge Antônio da Silva
Jorge Saraiva da Rocha
José Amaro Barcelos Lima
José Stelberto Porto Soares
Julio César Arruda de Carvalho
Luiz Antônio Cosenza
Lusia Maria de Oliveira
Marco Antônio Barbosa
Maria Virginia Martins Brandão
Miguel Santos Leite Sampaio
Paulo Cesar Nayfeld Granja
Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO FISCAL

Titulares

Nei Rodrigues Beserra
Paulino Cabral da Silva
Sergio Gomes dos Santos

Suplentes

Agostinho Guerreiro
Rubem Corveto de Azeredo
Sonia da Costa Rodrigues

Apoios



Patrocínio



O coroamento de uma história

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro SENGE-RJ lança, com esta publicação, edição especial com o resumo de oito décadas de história. Trata-se de um documento ágil e jornalístico, que conta parte da atuação do primeiro sindicato dos engenheiros do país, com a perspectiva que se transforme em um livro, já em produção, a ser lançado em breve. Mais que isso: esta edição afirma o projeto de uma revista periódica - mais uma marca das comemorações de 80 anos.

Nos dois projetos - revista e livro - contamos a trajetória de lutas do Sindicato desde a sua fundação no primeiro governo provisório de Getúlio Vargas. Com os fatos contextualizados resgatamos parte da história do movimento sindical, e do país, a partir da intensa participação do SENGE em campanhas pelo Salário Mínimo Profissional, O Petróleo é nosso e Diretas Já, entre outras.

A repressão da ditadura levou os sindicatos para as mãos da direita e o movimento sindical submergiu junto com as lutas sociais. Na resistência, com posturas pró-ativas no combate à violência do regime militar, os sindicatos ressurgiram em um cenário que apontava para um novo sindicalismo.

O crescimento econômico promovido pela ditadura levou grandes contingentes de engenheiros que, anteriormente trabalhavam como profissionais liberais ou para o estado, como funcionários públicos, a trabalharem nas grandes obras, nas indústrias que foram implantadas e nas empresas estatais, promovendo, dessa forma, seu rápido assalariamento.

Neste contexto, os engenheiros passaram a se ver como trabalhadores inseridos na produção. Isto desencadeou uma nova fase no Sindicato dos Engenheiros, que passou a ter relação com os sindicatos majoritários e a, efetivamente, negociar em nome da categoria. Na prática, estava em execução outro modelo de ação sindical, bem mais próximo da sociedade.

Em paralelo, o SENGE se inseriu em todas as lutas políticas do momento: pela anistia aos presos políticos, pela volta das eleições diretas, por uma nova constituinte. Participou, também, ativamente da fundação da Central Única dos Trabalhadores e do longo processo de construção de um governo popular e democrático, que veio a eleger um operário metalúrgico presidente da República.

Não podemos deixar de citar nossa dura luta de resistência contra o neoliberalismo, com sua política de desmonte do estado brasileiro, de retirada de direito dos trabalhadores, de entrega do patrimônio público, de construção da ALCA, de entrega da Base de Alcântara.

Vivemos boa parte desse tempo numa luta de resistência, mas também alcançamos vitórias. Outro cenário se descortina. Hoje precisamos estar voltados para a construção do novo e o aprofundamento das conquistas. Precisamos reformular nosso sindicalismo, tornando-o mais democrático, mais participativo e redefinindo seu modelo de financiamento. Precisamos aprofundar a participação democrática da cidadania, superando a democracia representativa formal e construindo uma democracia participativa onde os conselhos joguem um papel central. Devemos urgentemente superar a desigualdade existente, e para tanto é necessário que grandes contingentes de excluídos tenham acesso à moradia digna, à saneamento básico, à transporte de qualidade, à saúde e à educação.

Acreditamos que a engenharia tem um papel decisivo e estratégico na construção desse novo cenário e, mais uma vez, o SENGE, vivendo o coroamento de seus 80 anos de história, pretende se colocar, em conjunto com os movimentos sociais, como ator de destaque nesse novo momento.

Olímpio Alves dos Santos
Presidente



Joao Roberto Ripper





Sumário

1930
1945
Como nascem os
sindicatos no Brasil

pág 7

1945
1964
República Democrática

pág 13

1964
1980
A ditadura militar

pág 18

1980
2002
O novo sindicalismo

pág 21

2002
2011
Um sindicalista no
poder e os desafios na
mobilização da categoria

pág 33

80 anos
“Valeu a pena!”

pág 36



Senge-RJ 80 anos de Lutas é uma publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro

Editores: Tania Coelho e Eduardo Sá, **Pesquisa:** Demian Melo, **Revisão:** Eduardo Sá, **Comunicação SENGE-RJ:** Katarine Flor, Celia Satil, **Programação Visual:** Espalhafato/Stefano Figalo, **Produção:** Espalhafato Comunicação, **Fotos:** Arquivo Senge, Adriana Medeiros, J. R. Ripper, **Capa:** J.R. Ripper/Imagens Humanas.



Sindicato Central de Engenheiros

ANUARIO

1933 - 34

RIO



Séde Rua Buenos Aires, 85 - 3.º andar
Telefone 3-1286



Como nascem os sindicatos no Brasil

1930
1945



Arquivo SENGE/RJ

Primeira reunião da Comissão encarregada de estudar a regulamentação da profissão dos engenheiros, realizada em 25 de maio de 1933, na Diretoria do Povoamento, a convite do Sr. Ministro do Trabalho. Ao centro, de óculos, o primeiro presidente do Sindicato Central dos Engenheiros, Furtado Simas, um dos principais animadores da campanha

Getúlio Vargas chega ao poder na chamada Revolução de 1930. O Brasil realiza mudanças profundas

em direção ao seu desenvolvimento capitalista. Devido à crise do liberalismo econômico a partir 1929, o Estado se reorganiza e passa a intervir na economia de maneira planejada. Em função da modernização o eixo econômico de produção se industrializa, invertendo em 10 anos a dinâmica da economia brasileira para taxas médias anuais de 11,3% da produção da indústria contra 1,2% da agricultura de exportação.

No plano ideológico isso se expressa na incorporação de noções corporativistas de organização da sociedade e do Estado. A existência de interesses distintos entre empresários e trabalhadores é reconhecida, mas afirma-se a

possibilidade de conciliá-los através da mediação de um Estado forte. A questão social, vista como um problema policial na República Velha, torna-se uma importante questão política. Os conflitos entre empregados e empregadores, entre as classes sociais, passam para a regulação estatal. Os critérios socialmente aceitos para o exercício de certas profissões também são objetos de legislação.

Com esse novo espírito, o Decreto-Lei nº 19.770, de março de 1931, também conhecido como “Lei de Sindicalização”, cria a estrutura sindical brasileira. Os sindicatos já existentes são obrigados a se enquadrar às regras de funcionamento definidas pelo Estado, caso contrário não seriam reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e seus associados não usufruiriam da legislação social existente. Diversas categoriais

profissionais não sindicalizadas, por sua vez, criaram tais entidades com base na nova legislação.

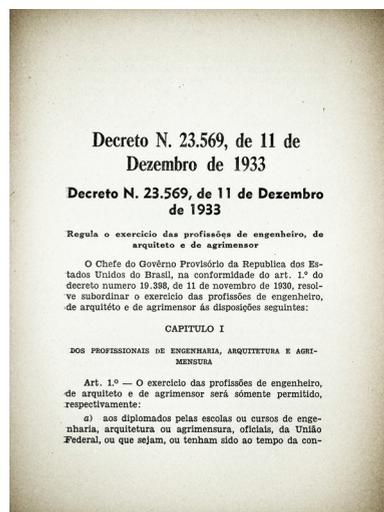
PRIMEIRO MANIFESTO

É nesse contexto que, em 22 de setembro de 1931, foi criado por um grupo de jovens engenheiros o **Sindicato Central dos Engenheiros**. Como descreveria alguns anos depois o seu primeiro presidente, José Furtado Simas, “numa bela tarde de setembro de 1931 alguns engenheiros se reuniram na sede da ‘União dos Empregados do Comércio’ e arregimentavam-se sindicalmente, a fim de trabalhar em cooperação com o Governo Provisório”. Antes disso, a mais importante associação de classe dos engenheiros era o Clube de Engenharia, fundado em 1880 no Rio de Janeiro, então capital do país. Com a República, surgiram posteriormente





Participantes de conferência sobre o petróleo realizada em 9 de fevereiro de 1939, no Clube de Engenharia. Desde as primeiras discussões sobre o tema no Brasil, o Sindicato sempre teve uma posição pelo monopólio estatal do petróleo



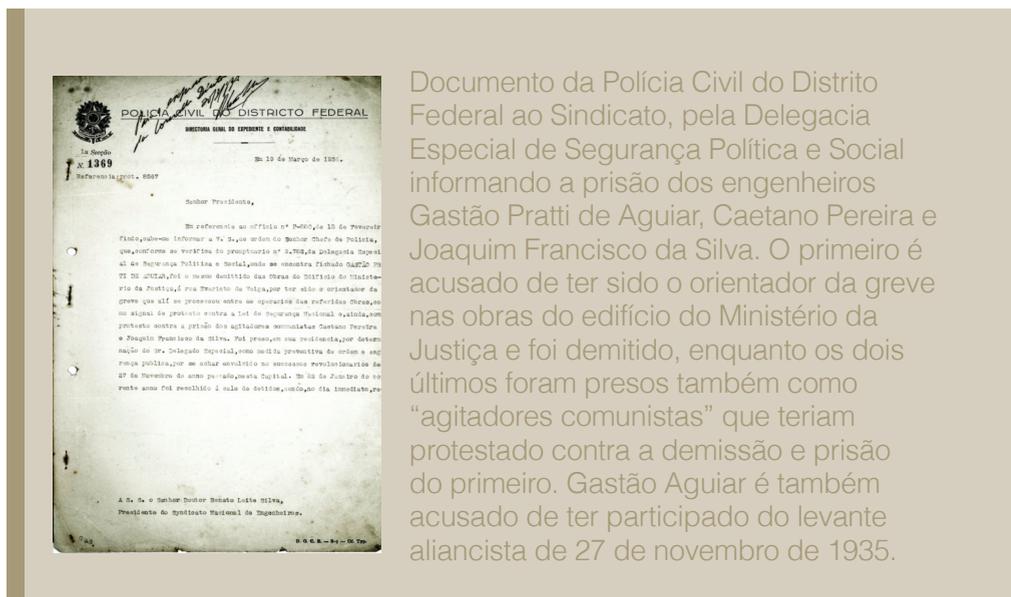
Fac-simile do decreto da regulamentação da profissão, datado de 11 de dezembro de 1933, fato que levou à comemoração, nesta data, do Dia do Engenheiro

associações de classe em diversas unidades da federação, com destaque para o Instituto de Engenharia, fundado em 1917 na cidade de São Paulo. Em 1929 foi criada a Sociedade Brasileira de Engenharia. Estas duas entidades tiveram destacada atuação na campanha pela regulamentação da profissão, ao lado do Clube de Engenharia e do próprio Sindicato.

No manifesto de fundação do Sindicato pode-se ler algumas das suas intenções originais:

pleitear do Governo leis que protegessem os interesses dos engenheiros nacionais “contra a intromissão indébita dos leigos estrangeiros”; promover estudos para a “racionalização da produção, circulação, distribuição e consumo das utilidades dentro do território nacional”; a criação de um Departamento de Engenharia Experimental; assegurar aos engenheiros a direção de indústrias e organizações técnicas; modernização e criação de aparelhos educativos para a formação de quadros técnicos, etc.

Em 12 de abril de 1932 o presidente do Sindicato envia ao Ministro do Trabalho um ofício, com base na “racionalização da produção”, buscando apresentar a contribuição dos engenheiros para a resolução da grave crise econômica por que passava o país. O ofício propõe ao Ministério do Trabalho uma comissão de “salvação da economia nacional”, composta por técnicos do próprio Ministério e “das demais associações de classe”, com vistas a elaborar um “plano econômico geral”.



Documento da Polícia Civil do Distrito Federal ao Sindicato, pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social informando a prisão dos engenheiros Gastão Pratti de Aguiar, Caetano Pereira e Joaquim Francisco da Silva. O primeiro é acusado de ter sido o orientador da greve nas obras do edifício do Ministério da Justiça e foi demitido, enquanto os dois últimos foram presos também como “agitadores comunistas” que teriam protestado contra a demissão e prisão do primeiro. Gastão Aguiar é também acusado de ter participado do levante aliancista de 27 de novembro de 1935.





Campanha de regulamentação da profissão

Arquivo SENGE/RJ



Homenagem dos engenheiros do Instituto de Engenharia de São Paulo, em visita ao Sindicato Nacional dos Engenheiros, em 16 de dezembro de 1939, já com a presença das mulheres

Uma das principais tarefas do Sindicato, durante seus primeiros anos de existência, foi sua importante participação na campanha da regulamentação da profissão do engenheiro. Faltava proteção aos profissionais formados, e que também lhe indicassem atribuições, deveres e obrigações adequadas. Nessa época foram implantadas novas estruturas metálicas e o concreto armado, uma verdadeira revolução técnica na construção civil, além de outros processos que exigiam especialização. A regulamentação da profissão era necessária, devido ao nível de saber técnico exigido para a modernização econômica.

No entanto, setores ainda identificados com o pensamento liberal e materialmente ligados a outros interesses insurgiram-se contra. Os jornais criticavam uma interferência indevida do Ministério do Trabalho, revelando as suas convicções liberais. Para o *Diário Carioca*, por exemplo, a

regulamentação seria "um monstrozinho em projeto que, sub-repticiamente, com pés de lã, se pretende introduzir na legislação brasileira". A oposição de classe mais expressiva veio dos empresários da construção civil, e o *Jornal do Brasil* reforçou seus reclamos alertando para possíveis problemas econômicos decorrentes da lei, como o fechamento de muitos negócios e a demissão de operários. Mas esta grita não impediu que as bases fossem mobilizadas pelo **Sindicato Central dos Engenheiros** e seus parceiros.

Os dois primeiros presidentes do Sindicato, os engenheiros José Furtado Simas (que voltaria a ocupar a presidência do Sindicato entre 1938 e 1943) e César do Rego Monteiro Filho, se destacaram nesta campanha assumindo posições nas principais comissões elaboradoras do código profissional. Foram veiculados também anúncios no rádio, o principal meio de comunicação de massas naquela

época, e artigos em jornais e revistas. Em 10 de maio de 1933 o Ministério do Trabalho concedeu a carta de reconhecimento para o Sindicato, que passou a ser denominado **Sindicato Nacional dos Engenheiros**, e em abril deste mesmo ano instituiu uma comissão encarregada de redigir o texto da lei sobre a regulamentação das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Agrimensor. Na verdade, a profissão de agrimensor já estava regulamentada desde 1887, através do decreto imperial nº 9.827, mas a nova lei tratou das três profissões conjuntamente.

O relator do projeto de lei foi o presidente do Sindicato, César do Rego Monteiro Filho, e o engenheiro Dulphe Pinheiro Machado, Diretor do Departamento de Povoamento, teve o papel de dirigir essa Comissão. Representantes de outras entidades também participaram. Como uma consolidação de vários estudos e projetos, alguns apresentados anteriormente ao próprio Governo, em 11 de dezembro de 1933 o Decreto Federal nº 23.569 regulamentou a profissão de engenheiro. No capítulo 3, em 1966 tal decreto foi revogado pela Lei nº 5.194/66 de 24 de dezembro, que é a vigente. O Sindicato teve uma participação decisiva nesse processo.

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O decreto estabeleceu que só seria permitido aos diplomados em instituições nacionais o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor. No caso dos diplomados no exterior, estes deveriam revalidar os títulos. Os estudos, projetos, laudos etc. só poderiam ser submetidos a julgamento público quando executados por profissionais habilitados; o mesmo para desenhos, orçamentos, plantas e demais documentos, sendo obrigatório que o responsável anotasse seu título e número de registro. Todas as firmas, sociedades, empresas etc., que operassem na área de engenharia deveriam ter profissionais habilitados como responsáveis, a mesma obrigação existindo também na administração pública. Tais foram as principais diretrizes da lei de regulamentação.

1930 • 1945





Arquivo SENGE/RJ

Conferência sobre o petróleo. Compendo a mesa, no canto superior, Furtado Simas (o quarto, da esquerda para a direita), primeiro presidente do Sindicato que voltou à presidência no início do Estado Novo

Para fiscalizar o exercício profissional era necessário criar órgãos públicos responsáveis, por isso em 1934 foi formado o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura (CONFEA), no qual o engenheiro César do Rego Monteiro Filho assumiu a secretaria-geral em sua primeira diretoria. Em seguida foram criados os Conselhos Regionais (CREAs), que atenderiam a demanda por fiscalização em todo o território nacional. Conformou-se, assim, o Sistema Confea/CREA.

Outra atividade importante desempenhada pelo Sindicato foi a participação na Assembleia Constituinte de 1933-1934, onde conseguiu-se estabelecer na nova Carta Constitucional a criação de

conselhos técnicos consultivos aos Ministérios da República, à Câmara e ao Senado. Tais conselhos deveriam ser compostos por no mínimo metade de especialistas, como seria o caso dos engenheiros profissionais. Também no sentido de cobrar aos poderes públicos a observância da lei de regulamentação da profissão, teve o Sindicato de mover campanha, junto ao CREA da 5ª região, contrária a um projeto apresentado no Congresso em 1936, que buscava neutralizar as conquistas da lei de regulamentação.

A entidade ainda denunciou a existência de irregularidades na nomeação de não-diplomados para a direção de diversas empresas públicas, ou a classificação de leigos como “práticos

de engenharia”. A diversidade dessas demandas mostrava que muitas eram as frentes de atuação, pois nesta época ganhou vulto uma série de empreendimentos. Muitas vezes a atuação do Sindicato se fazia desde a participação na execução das obras até a fiscalização dos profissionais contratados.

Como efeito da Lei Orgânica de Sindicalização Profissional, Decreto-lei nº 1.402 de 5 de julho de 1939, e de outros dois decretos leis, ficou estabelecida a mudança para **Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (SERJ)**, nome só oficializado em 4 de janeiro de 1941. O próprio Sindicato reconhecia a impossibilidade de dar conta de representar as demandas dos engenheiros de todo o Brasil.



Autorização da Delegacia Especial Política e Social, de 5 de janeiro de 1938, para realização de assembleia no Sindicato Nacional dos Engenheiros. Durante todo o Estado Novo essa foi uma exigência corriqueira para o funcionamento das entidades sindicais, que além da autorização deveriam realizar suas reuniões com a presença de um representante da própria Delegacia.





Outro tema que tomou as atividades do Sindicato foi o imposto sindical. Instituído por lei em 1942, ele estabeleceu dentro da nova estrutura a seguinte divisão de recursos: 60% para os sindicatos, 15% para as federações; 5% para as confederações e 20% para o Ministério do Trabalho. Embora a

estrutura legal mostrasse a divisão do imposto nesta proporção, surgiram dúvidas por causa do pagamento de impostos também a outro sindicato. No entendimento estabelecido com a diretoria do Sindicato dos Construtores Civis do Rio de Janeiro foi aceito “o imposto pago pelo Sindicato dos

Engenheiros, quando o engenheiro exerce atividade puramente de administrador, ficando, porém, o sindicato na obrigação de observar se o seu associado se mantém realmente dentro do compromisso assumido – o de só administrar”.

As comemorações do “Dia do Engenheiro”



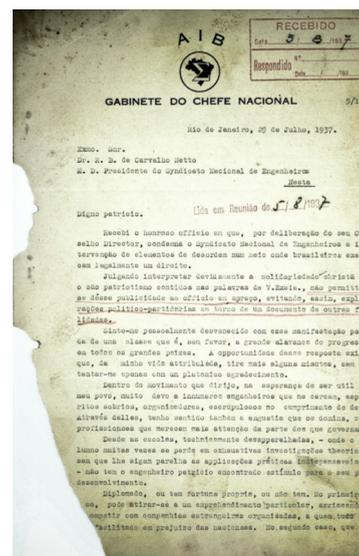
Notícia publicada no jornal A Manhã, de 12 de dezembro de 1941, sobre o evento no Sindicato Nacional dos Engenheiros, com a presença do Presidente Getúlio Vargas. Vargas discursa em frente ao Sr. Furtado Simas, presidente do Sindicato. Legenda do jornal: “Comemorou-se ontem, em todo o país, o “Dia do Engenheiro”, que assinala a data de regulamentação, pelo presidente Getúlio Vargas, da profissão. No Palácio do Catete, aproveitando essa oportunidade, o presidente da República recebeu numerosa delegação de engenheiros, representantes de todos os conselhos, de associações de classe e escolas de engenharia que o foi cumprimentar. Reunidos no Salão Amarelo, falou, em nome da Engenharia Nacional, o sr. Furtado Simas, presidente do Sindicato da classe. Depois de vários comentários, o orador acentuou que, graças ao

Presidente Getúlio Vargas, a engenharia, no período de 1930-1940, evoluíra mais do que nos trinta anos anteriores. O chefe do governo palestrou com os engenheiros alguns momentos, sendo tomado nessa ocasião o flagrante acima.”

Disputas ideológicas

Nesse período diversas correntes políticas de esquerda defendiam variadas formas de nacionalismo. Seguindo uma linha mais conservadora, a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista liderado por Plínio Salgado, tinha posições de um nacionalismo de extrema-direita, com propostas xenófobas, anti-liberais e anti-comunistas. O sindicato, nessa polarização ideológica, se dedicou mais às tarefas sindicais optando por uma variante nacionalista mais pragmática e próxima ao governo de Vargas. Mas, apesar disso, não estava totalmente alheio ao clima político.

A orientação ideológica nacionalista foi uma marca desses anos. Os pronunciamentos públicos do Sindicato sobre as grandes questões estratégicas do país não poderiam ser diferentes, como no caso da instalação de uma indústria siderúrgica e na questão do petróleo. Em 1943 é enviado um memorial ao presidente Getúlio Vargas elogiando a atuação do Conselho Nacional de Petróleo, que elaborou uma política de exploração para o setor. O Sindicato sempre defendeu enfaticamente o monopólio estatal do petróleo brasileiro, criticando a intervenção dos trustes internacionais e o enriquecimento de alguns



Correspondência do líder da Aliança Integralista Brasileira (AIB), Plínio Salgado, com o Sindicato Nacional dos Engenheiros, 29 de julho de 1937





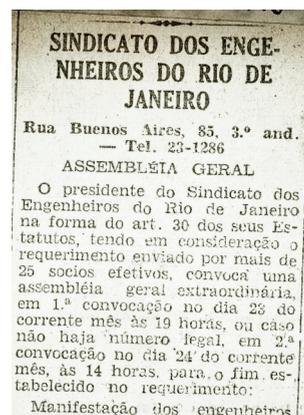
particulares nacionais em detrimento da maioria. Esse posicionamento político também se expressou junto às autoridades políticas, para que as obras consideradas de interesse para a defesa nacional fossem vetadas à participação de firmas e engenheiros estrangeiros.

O posicionamento político mais importante assumido pelo Sindicato diz respeito ao contexto da democratização do país, na etapa final da ditadura do Estado Novo. A entrada do Brasil na II Guerra Mundial no combate às potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), a partir de 1942, estimulou o surgimento de uma opinião pública favorável à democratização do Brasil. Isso levou o próprio presidente a medidas de liberalização do regime. Após várias iniciativas, em 28 de maio Vargas anunciou a convocação de uma Assembleia Constituinte e de eleições gerais para 2 de dezembro de 1945. No mesmo ano o Brasil participou da Conferência de Chapultepec, realizada no México, e foi obrigado a considerar os direitos sindicais e trabalhistas, como o de greve, para o fortalecimento do regime democrático. Isso mobilizou as entidades de classe brasileiras.

O Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro também deu sua contribuição. A partir de uma declaração do Conselho Técnico Consultivo, endossado por sua diretoria presidida pelo Eng. Luiz Onofre Pinheiro Guedes, em 1945 registra-se a

posição de que a legislação trabalhista vigente possuía “indole nitidamente fascista, em matéria de organização sindical”. O Sindicato criticava os dispositivos que impediriam a ampliação do quadro social do sindicato e a própria frequência à sua sede. Discordava-se ainda das intervenções governamentais nas eleições de sua diretoria. Foi aprovada uma histórica resolução democrática, reforçando a importância da liberdade sindical e de expressão, defendendo também a anistia e a supressão dos órgãos de opressão.

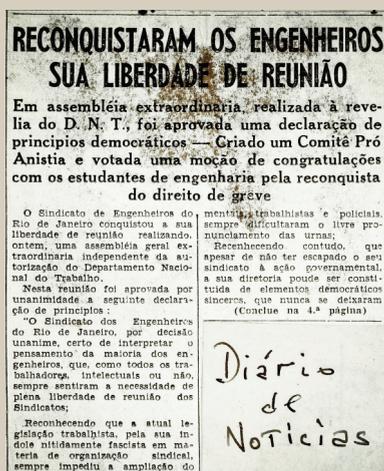
Alguns dias depois, em 24 de março, 60 engenheiros realizaram uma assembleia histórica. Graças a um abaixo assinado de 25 engenheiros, a diretoria do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro convocou uma Assembleia extraordinária que se configurou num ato de rebeldia em relação à legislação sindical vigente, já que foi feita sem um representante do Ministério do Trabalho. O Sindicato recebeu um série de telegramas de apoio enviados por engenheiros e entidades representativas que não puderam comparecer. Mas, como era de se esperar, o diretor do Departamento Nacional do Trabalho, Segadas Vianna, enviou um telegrama ao Sindicato pedindo explicações de sua diretoria. O presidente da entidade, Luiz Onofre Pinheiro, compareceu ao gabinete de Vianna e explicou “que tudo foi dito e ouvido dentro dos princípios de respeito



Convocação Assembleia, 22 de março de 1945. Reconquistaram os engenheiros sua liberdade de reunião. Pauta: manifestação dos engenheiros sobre a situação que o país atravessa, caminhando para uma verdadeira democracia

e consideração que ambas as partes eram merecedoras”. Ainda assim, é possível verificar que o Ministério do Trabalho continuou contrariado com as posições políticas assumidas pelo Sindicato ao longo daquele ano, pois o próprio Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, enviara telegrama aos Sindicatos do país para que os mesmos não realizassem reuniões de caráter político.

A defesa da democracia pelos sindicatos seria posta a prova nos anos seguintes, quando o fim da ditadura deu lugar a um regime político em que o exercício do voto (embora restrito aos alfabetizados) e o pluripartidarismo (limitado pela decretação de ilegalidade do PCB em 1947) conviveriam com a manutenção da estrutura sindical corporativista, criada no período do primeiro governo Vargas.



Resolveu aprovar a seguinte declaração: 1.º.) O Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro congratula-se com todos os engenheiros, arquitetos, e com o povo brasileiro, pelo trabalho no sentido da democratização do Brasil, considerando como um dos elementos fundamentais dessa democratização a liberdade sindical, corolário de liberdade de pensamento, de palavra, de reunião; 2.º.) O Sindicato dos Engenheiros considera que para a efetiva e real democratização do Brasil torna-se indispensável a união de todos os brasileiros, que só pode ser conseguida com anistia ampla em relação a condenações políticas e correlatas e com a supressão de todos os órgãos de opressão...





Salário Mínimo Para Os Engenheiros

REIVINDICA O SINDICATO DE CLASSE REMUNERAÇÃO INICIAL SUPERIOR A 6.000 CRUZEIROS, ALEM DE 6 HORAS APENAS DE TRABALHO DIÁRIO



— é perfeitamente justo, principalmente se considerarmos que inumeros engenheiros existem percebendo ordenados inferiores, às vezes, aos vencimentos de um vigilante municipal. Por isso mesmo, não hesitou o plenário em aprovar a base de remuneração acima referida.

Todavia, convém esclarecer que os resultados da reunião de ontem não podem ser encarados como o pensamento definitivo da classe. Isto porque foi apenas o Conselho Técnico Consultivo que esteve reunido, recolhendo sugestões, para apresentar, brevemente, em assembleia geral da entidade, o anteprojeto de lei fixando o salário mínimo em apreço. Por isso mesmo, encarecemos aqui a pedido

República Democrática

1945 1964

clima interno de democratização e de confraternização internacional, após a vitória dos Aliados sobre o Eixo nazi-fascista, marcou os primeiros anos do novo regime democraticamente eleito em 1945 no Brasil. Antes de cair, Getúlio Vargas promoveu uma série de reformas liberalizantes. Isso tudo se combinou com um forte ativismo sindical, que se expressou, por exemplo, na criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). Uma onda de greves e mobilizações por salários e direitos marcou a cena política.

Em 1946 a mobilização sindical atingirá seu auge, com 60 greves apenas nos dois primeiros meses. O Presidente Eurico Gaspar Dutra assumiu suas funções em meio a essa espiral grevista. Dutra apertou os mecanismos de controle – legados pela legislação *estadonovista* – sobre a vida dos

sindicatos. Editou decretos com vistas a restringir o direito de greve, proibir a discussão política nos sindicatos e suspender eleições para a renovação das diretorias, entre outras medidas.

O **Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (SERJ)** envolveu-se politicamente com as forças políticas mais à esquerda. O **SERJ** promoveu, por exemplo, no salão do Clube de Engenharia, uma reunião pública do movimento “Queremos Getúlio!”, que era liderado pelos trabalhistas e contou com o apoio do Partido Comunista, em prol de uma Assembleia Nacional Constituinte. O evento acabou provocando alguns atritos entre a diretoria do Clube, que ficou furiosa com a presença de Luis Carlos Prestes entre os oradores, além de inúmeros

próceres do PCB, como João Amazonas.

Como estava enunciado no acordo de Chapultepec, do qual o Brasil era signatário, a liberdade de organização sindical deveria ser observada como um dos atributos dos regimes democráticos. É por isso que o **SERJ** ajudava na formação de intersindicais e enviou representantes ao Congresso Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal, organizado por iniciativa dos sindicalistas do MUT, em 1946. A participação do sindicato nesse enclave foi de tal importância que a Comissão Permanente de Organização do Congresso pediu para que o **SERJ**



PROIBIDAS QUAISQUER ATIVIDADES DE CARATER POLÍTICO NOS SINDICATOS ESCRUTÍNIO SECRETO OBRIGATORIO PARA AS DELIBERAÇÕES DE ASSEMBLÉIA GERAL CONCERNENTES A VARIOS ASSUNTOS

O presidente da República assinou o seguinte decreto-lei:

Art. 1.º — Fica alterada a redação da alínea "a" do art. 521 e a este artigo acrescidas as alíneas "b" e "c" as quais terão a seguinte redação:

a — proibição de qualquer propagação de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato;

b — proibição de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas no art. 511, inclusive as de caráter político partidárias;

c — proibição de cessão gratuita ou remunerada de respectiva sede a entidade de índole política partidária.

Art. 2.º — O art. 522 da Consolidação das Leis do Trabalho passará a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

§ 1.º — Constituirá atribuição exclusiva da Diretoria do Sindicato e dos delegados sindicais a que se refere o art. 523, a representação e a defesa dos interesses da entidade perante os Poderes Públicos e as empresas, salvo mandatório com poderes outorgados por procuração da diretoria ou associado investido em representação prevista em lei.

Art. 3.º — O art. 524 da Consolidação das Leis do Trabalho passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 524 — Serão sempre tomadas por escrutínio secreto as deliberações da assembleia geral concernentes aos seguintes assuntos:

a — eleição de associado para representação da respectiva categoria, prevista em lei; b — tomada e aprovação

Necessária a autorização do Congresso Nacional para que os sindicatos mantenham relações com organizações internacionais — Marcadas as datas das eleições das varias entidades trabalhistas

de contas da diretoria; e — aplicação do patrimônio; d — julgamento dos atos da diretoria, relativos a penalidades impostas a associados; e — pronunciamento sobre relações ou dissídios de trabalho.

§ 1.º — A eleição para cargos de diretoria e Conselho Fiscal será realizada por escrutínio secreto, durante seis horas contínuas pelo menos, na sede do sindicato, na de suas delegacias e seções e nos principais locais de trabalho, onde funcionarão as mesas coletoras designadas pelo diretor do D. N. T., no Distrito Federal, e pelos Delegados Regionais do Trabalho, nos Estados e Territórios Federais.

§ 2.º — Em assembleia geral preparatória, realizada, no mínimo, trinta dias antes da eleição, serão proclamados os nomes dos candidatos, designados os locais em que terá lugar o pleito e solicitadas dos órgãos competentes as designações das mesas coletoras auidas no parágrafos anterior e das

mesas apuradoras a que se referem os parágrafos 3.º e 4.º.

§ 3.º — Concomitantemente ao término do prazo estipulado para a votação instaurar-se-á, em assembleia eleitoral pública e permanente, na sede do Sindicato, a mesa apuradora para a qual serão enviadas, imediatamente, pelos presidentes das mesas coletoras, as urnas receptoras e as atas respectivas.

Será facultada a designação de mesa apuradora supletiva sempre que as peculiaridades ou conveniências do pleito a exigirem.

§ 4.º — A mesa apuradora será presidida por membro do Ministério Público do Trabalho, ou pessoa de notória idoneidade, designado pelo procurador geral da Justiça do Trabalho ou procuradores regionais.

§ 5.º — Na hipótese de ter participado da votação mais de cinquenta por cento dos associados com capacidade para votar, o presidente da mesa apuradora proclamará os

eleitos, sem prejuízo do julgamento dos protestos ou recursos oferecidos na conformidade da lei. Não obtido esse coeficiente, será realizada nova eleição, dentro de quinze dias, a qual terá validade se dela tiver participado mais de quarenta por cento dos referidos associados. Na hipótese de não ter sido alcançado, na segunda votação, o coeficiente exigido, será realizado o primeiro e último pleito, cuja validade dependerá do voto de mais de trinta por cento dos aludidos associados.

§ 6.º — Não sendo atingido o coeficiente legal para a eleição, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio declarará a vacância da administração, a partir do término de mandato dos membros em exercício, e designará administrador para o Sindicato, realizando-se novas eleições dentro de seis meses.

Art. 4.º — O art. 525 da Consolidação das Leis do Trabalho passará a vigorar com a seguinte redação, mantido o seu parágrafo único:

"Art. 525 — É vedada a pessoa físicas ou jurídicas, estranhas ao sindicato, qualquer interferência na administração ou nos seus serviços".

Art. 5.º — O parágrafo único do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho passará a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único — É vedada a reeleição, para o período imediato e no transcurso do tempo correspondente ao respectivo mandato, de qualquer membro da diretoria e do conselho fiscal dos sindicatos de empregados, de trabalhadores autônomos, de agentes autônomos, e de

Proibição política no Sindicato, 1946: Notícia da proibição, pelo governo Dutra, da política nos sindicatos. Tal medida significou uma volta das práticas repressivas do Estado Novo e teve o propósito de impedir que a militância do PCB conseguisse influenciar os sindicatos.

indicasse dois representantes para a referida Comissão, que logo daria lugar à entidade União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal. Entretanto, essa participação não era consenso entre a direção.

Enquanto as duas maiores potências mundiais, EUA e URSS, se desentendiam no pós guerra que eliminou o nazismo alemão, no Brasil houve o fechamento do PCB e da Central dos Trabalhadores do Brasil (fundada em 1946). Além da intervenção em 400 sindicatos e a reedição da exigência do "atestado de ideologia", que submetia possíveis candidatos a cargos eletivos ou de representação sindical a um pente fino de suas fichas. Dutra prejudicou a participação dos sindicalistas de esquerda, quase todos com passagens pelas delegacias de polícias políticas. Tudo isso acabou bloqueando um período de muito ativismo sindical.

ABAIXO O ATESTADO DE IDEOLOGIA

Mesmo assim o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro tomou atitudes corajosas, como a campanha

contra a exigência do "atestado de ideologia". Por ocasião da realização das eleições para a nova diretoria, no dia 23 de novembro de 1950, o SERJ divulgou uma nota no jornal *Correio da Manhã* manifestando "desaprovação e repúdio ao dispositivo que implica em exigência de um atestado de ideologia, fornecido pelo Departamento Federal de Segurança Pública para os candidatos aos cargos da diretoria". A nota explicava que a exigência representava cerceamento aos direitos garantidos em artigos da Constituição brasileira. Getúlio Vargas volta ao poder em 1951 e abre uma fase de mobilizações sociais, numa nova era democrática. Ainda neste ano o Ministro do Trabalho, Danton Coelho, anunciava a revogação da exigência do "atestado de ideologia".

PELO AUMENTO SALARIAL

Este também foi um período de muitas lutas dos engenheiros pelo aumento salarial. A campanha foi forte

A — Quinta-feira, 23 de Novembro de 1950 CONTRA O ATESTADO DE IDEOLOGIA Os engenheiros seguem o exemplo dos jornalistas

Os engenheiros, arquitetos e agrônomos, como os jornalistas, manifestam-se contra a exigência do atestado de ideologia para as eleições no Sindicato de Engenheiros do Rio de Janeiro. O memorial em que está expressa tal decisão, tem o seguinte teor:

"Em face das eleições a serem realizadas em 4 de dezembro de 1950 no Sindicato de Engenheiros do Rio de Janeiro, os engenheiros, arquitetos e agrônomos, abaixo assinados, tomando conhecimento das instruções reguladoras das eleições, baixadas pelo Ministério do Trabalho, vêm manifestar a sua desaprovção e repúdio ao dispositivo que implica em exigência de um atestado de ideologia, fornecido pelo Departamento Federal de Segurança Pública para os candidatos aos cargos da Diretoria.

A exigência acima referida para os candidatos aos cargos da Diretoria, representa um cerceamento dos direitos garantidos pelo § 8.º do artigo 141 de nossa Carta Magna, que assim estabelece:

"Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum de seus direitos..."

Tal exigência tem também os direitos assegurados pela Constitui-

ção em seu artigo 138, que determina:

"É livre a associação profissional ou sindical".

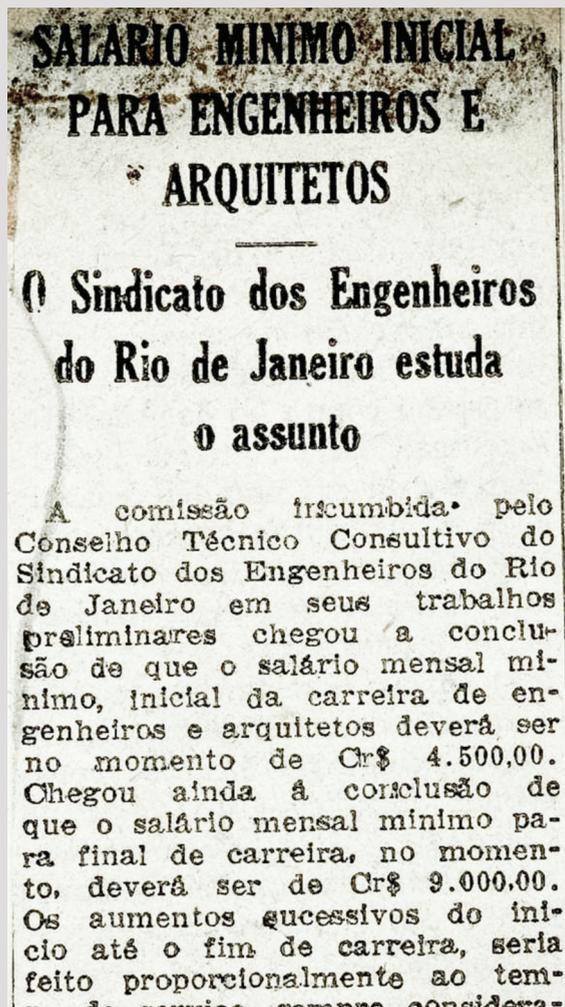
Senão, como é livre a nossa associação sindical, as "instruções", com aquela exigência, anulam de fato o Direito de Livre escolha dos dirigentes sindicais.

Não é possível permitir qualquer subordinação, submetendo a eleição de quem quer que seja os nomes escolhidos livremente pelos engenheiros, arquitetos e agrônomos. Do contrário seria um agravo à dignidade e decoro da classe, uma diminuição de nosso "status" perante os demais membros da sociedade, um desrespeito à nosa condição de homens livres e independentes.

A exemplo da atitude assumida pelos jornalistas que, acima das divergências internas, tomaram posição através dos 3 chapas que concorrem às eleições, negando-se a se sujeitarem a exigência inconstitucional acima citada, conclamamos, os abaixo assinados, a todos os engenheiros, arquitetos e agrônomos para que, mantendo o mesmo padrão de dignidade, cerrem fileiras contra a exigência do atestado de ideologia para os candidatos a cargos da Diretoria do Sindicato de Engenheiros do Rio de Janeiro."

Notícia publicada no *Correio da Manhã*, em 23 de novembro de 1950, onde é informado que, seguindo o exemplo do Sindicato dos Jornalistas, o SERJ não iria mais seguir a regra de pedir comprovante de "atestado ideológico" aos postulantes às eleições para a diretoria do Sindicato

principalmente entre os profissionais que trabalhavam no serviço público e em autarquias. Esses setores conformariam uma Comissão Nacional Pró-Aumento dos Salários dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, criada em 14 de setembro de 1950 com



Nota no jornal Correio da Manhã, de 9 de janeiro de 1948, fala da proposição do Conselho Técnico Consultivo do SERJ de um salário mínimo profissional para engenheiros e arquitetos

21 entidades na sede do SERJ, que foi o principal palco de articulação do movimento. O próprio presidente do Sindicato, Luiz Onofre Pinheiro Guedes, foi uma figura de proa na campanha, que visava audiências com diversas autoridades, inclusive a Presidência da República. Por outro lado, segundo nota da Comissão Nacional, esta enviou dois telegramas à Prefeitura mas não obteve resposta. Diante desta postura intransigente, a Comissão Nacional se empenhou na aprovação pela Câmara dos Vereadores de uma lei que substanciava as aspirações das categorias. Ao invés de sancionar a lei, o prefeito demitiu o engenheiro Pinheiro Guedes.

Contra essa medida, a Comissão se pronunciou publicamente em solidariedade a Luiz

Onofre Pinheiro Guedes. O movimento ganha a adesão de outros profissionais com curso superior, e em junho de 1952 organiza uma paralisação para pressionar pela aprovação na Câmara dos Deputados do projeto-de-lei 1.082/50. Além destas campanhas unificadas, jornadas de reivindicações salariais importantes continuaram a acontecer, como a de 1955 que conquistou um aumento de 40%. Outra questão também sensível aos engenheiros eram as opções do desenvolvimento econômico. Num momento em que as dificuldades na economia brasileira levavam ao recrudescimento de setores liberais contrários a uma política econômica protecionista/industrializante, muitos advogavam a necessidade de aprofundamento do planejamento econômico. Esse foi o caso do também engenheiro Roberto Simonsen, industrial nacionalista que ocupou a direção das principais entidades da classe patronal desde o Estado Novo. Simonsen não se associava a sindicatos, mas suas posições ligavam-se a uma forte cultura profissional dos engenheiros. Nesse sentido, o SERJ acabava por expressar as tendências nacionalista e estatista que marcaram a cultura política brasileira.

1945 • 1964

Sindicato X Lacerda

Na posse da diretoria do SERJ presidida pelo Eng. Otávio Catanhede foram apresentadas 21 intenções da nova gestão, na presença do Ministro do Trabalho de JK e o presidente do Clube de Engenharia, além do primeiro presidente do Sindicato. Catanhede fez uma dura crítica ao governo quanto à política adotada para as obras de construção de Brasília, e denunciou o que considerava um movimento entreguista. “Não toleraremos quaisquer restrições aos técnicos e à técnica nacional, pois conhecemos as obras e empreendimentos que a nossa engenharia tem resolvido com eficiência e alto sentido econômico”,

declarou em sua posse.

Não havia como qualquer entidade de classe passar ao largo das conjunções da luta política. Em março de 1961 um acidente na adutora do Rio Guandu, que garantia o abastecimento de água para a cidade, provocou uma crise de abastecimento na Guanabara. O governador Carlos Lacerda decretou estado de calamidade pública. Por sua vez, Arlindo Laviola, que sob o governo de Lacerda ocupou a Secretaria de Viação e Obras Públicas, advertiu através da imprensa que a situação poderia ficar ainda pior com o possível rompimento da segunda adutora de

Lajes. Mas o abastecimento foi normalizado e o episódio acabou levando à sua demissão e a do Diretor do Departamento de Águas, o Eng. Homero Pedrosa, provocando forte reação do Sindicato. A situação ficou ainda mais delicada quando Lacerda nomeou o Brigadeiro Hélio Costa para a Secretaria de Viação. O Sindicato dos Engenheiros emitiu o seu protesto às críticas dirigidas pelo governador, e o presidente do Sindicato, Otávio Catanhede, pediu uma audiência para esclarecer os fatos. Laviola, que saiu bastante desgastado, assumiria a presidência do Sindicato anos depois.

PELO SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

Antes do golpe de estado que instalou uma ditadura militar em 1964, ganhou impulso uma importante luta dos engenheiros brasileiros ao longo do período democrático: o salário mínimo profissional. O **SERJ** havia convocado uma assembleia da categoria para o dia 12 de janeiro de 1948, tendo como pauta eleger uma comissão do sindicato para estudar o caso junto ao Departamento Nacional do Trabalho. O jornal *Correio da Manhã* publicou a seguinte reportagem:

“A comissão incumbida pelo Conselho Técnico Consultivo do **Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro**, em seus trabalhos preliminares, chegou à conclusão de que o salário mensal mínimo, inicial da carreira de engenheiros e arquitetos deve ser no momento de CR\$ 4.500,00. Chegou ainda à conclusão de que o salário mensal mínimo para final de carreira, no

momento, deverá ser de CR\$ 9.000,00. Os aumentos sucessivos do início até o fim de carreira seriam feitos proporcionalmente ao tempo de serviço, sempre considerados como mínimos.”

O Conselho refez os cálculos e sugeriu o valor mínimo de CR\$ 6.000,00. O engenheiro José Moacyr de Andrade Sobrinho, um dos maiores animadores da campanha, relatou que a partir de cálculos sobre seus custos anuais em 1937 escreveu um parecer que foi posteriormente utilizado pelo **SERJ** na elaboração do salário mínimo profissional da categoria. Em outubro de 1948 a proposta enviada ao Senado foi derrotada, renascendo em 1950, no contexto da própria luta do **SERJ** pelo aumento dos salários de engenheiros, arquitetos e agrônomos.

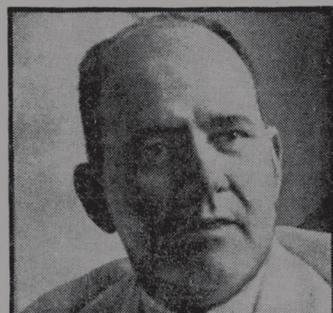
Em setembro de 1950 o **SERJ** enviou um projeto de lei para a Presidência da República. O Sindicato construiu uma proposta por dentro dos trâmites do Ministério do Trabalho, com a

participação de representativo fórum da classe e de docentes da Escola Nacional de Engenharia. Esta previa o salário mínimo de CR\$ 8.400,00 para os engenheiros, arquitetos e agrônomos com carteira profissional expedidas pelos Creas, responsáveis pela fiscalização da aplicação das leis. Outro artigo assegurava o acréscimo de 20% no salário, a cada 5 anos de trabalho no mesmo emprego, durante 5 quinquênios.

Para os casos de prestação de serviços do engenheiro, do arquiteto e do agrônomo durante tempo de serviço inferior ao horário regulamentar, de 43 horas semanais, o salário mínimo se fixou proporcionalmente ao salário estabelecido. No entanto, tal como na campanha pela regulamentação da profissão nos anos 30, alguns engenheiros repeliram a proposta. Esses setores falavam em prejuízos decorrentes do “aumento do custo da mão de obra especializada”, que geraria “inflação”. O mesmo teor dos comentários foram repetidos vinte anos

PRESIDENTE DOS ENGENHEIROS DESAGRAVA TÔDA A CLASSE:

DESGASTE LEVA GOVERNADOR AO EMBUSTE!



Durante a reunião que ontem realizou o Sindicato dos Engenheiros para solidarizar-se com a Sociedade de Engenheiros e Arquitetos da Guanabara, vítima dos insultos do Governador Carlos Lacerda, foi dado a conhecer aos profissionais presentes o texto da carta em que o Dr. Otávio Catanhede (foto), presidente do sindicato, coloca-se ao lado de seus colegas e afirma que o desgaste de Lacerda arrasta o governo ao ridículo e ao embuste, por suas “soluções dignas de historietas onde aparecem Mandrakes e mocinhos de “bang-bang”. (LEIA NA QUARTA PAGINA.)

Notícia do protesto do Sindicato dos Engenheiros da Guanabara contra os ataques feitos pelo governador Carlos Lacerda contra os engenheiros estaduais. Recorte de jornal sem data precisa. Na legenda lê-se: “Durante a reunião que ontem realizou o Sindicato dos Engenheiros para solidarizar-se com a Sociedade de Engenheiros e Arquitetos da Guanabara, vítima dos insultos do Governador Carlos Lacerda, foi dado a conhecer aos profissionais presentes o texto da carta em que o Dr. Otávio Catanhede (foto),

presidente do sindicato, coloca-se ao lado de seus colegas e afirma que o desgaste de Lacerda arrasta o governo ao ridículo e ao embuste, por suas “soluções dignas de historietas onde aparecem Mandrakes e mocinhos de “bang-bang”.

depois pelo general Castelo Branco, quando, na condição de ditador, vetou a lei aprovada no Congresso. Porém, a pressão da categoria sobre o Congresso Nacional fez com que o Senado derrubasse o veto presidencial, e no dia 13 de maio de 1966 foi aprovada a lei 4.950-A/66. O autor do Projeto de Lei 3204/1961 original foi o deputado trabalhista pelo estado do Amazonas, Almino Afonso, que durante o governo de João Goulart ocuparia o Ministério do Trabalho. Segundo ele, tal iniciativa estava ligada às resoluções aprovadas pelo Congresso de Associações de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos realizado em fins de 1959.

MEMORÁVEL DIA

O salário mínimo profissional é considerado até hoje uma das grandes conquistas da categoria dos engenheiros. Apesar da lei só ter sido votada e sancionada no regime militar, ela afinal foi estendida também para diversos profissionais com diploma de ensino superior, como químicos, agrônomos, arquitetos e médicos veterinários. Como narrou Almino Afonso em recente entrevista, a ideia partiu do engenheiro Rubens Paiva:

“Nesse interregno que vai da minha chegada à Câmara Federal em 1958/59 até o golpe de Estado de 1964 é que entra a história da lei do salário mínimo profissional, que abrangia inicialmente três ou quatro categorias, como os engenheiros, os arquitetos, os agrônomos. Como nasceu isso? Eu tinha um grande amigo, que por desgraça foi assassinado pela ditadura militar, o engenheiro Rubens Paiva [PTB-SP] (...) Entrei com a proposição e a batalha no Parlamento, que não foi fácil. Não tive o gosto de vê-la aprovada na sua totalidade, porque veio o golpe e lá fui eu para o exílio.”

Cabe lembrar a importante atuação de outros sindicatos de engenheiros estaduais nesta campanha, principalmente o SENGE-MG. O sindicato mineiro foi presidido no início dos anos sessenta pelo engenheiro civil Aimoré Dutra Filho, um dos redatores



Rubens Paiva contribuiu diretamente para a formulação da lei do salário mínimo. O engenheiro era deputado pelo PTB-SP e foi morto durante a ditadura militar

da lei do salário mínimo profissional. Nos parece mais correto interpretar aquela luta tal como fez o senhor

Annibal Theophilo Maia, o “Seu Annibal”, que é talvez o maior responsável pela sobrevivência da memória do **SENGE-RJ**, pois foi seu funcionário por mais de 50 anos:

“O Sindicato sempre lutou desde os seus primórdios, pelo estabelecimento de um Salário Mínimo Profissional para o Engenheiro, e no decorrer de todas as gestões das Diretorias que se sucederam muito se batalhou pela sua instituição. Havia, entretanto, de se passarem vários anos para que essa ideia chegasse a bom termo. Foi no dia 12 de abril de 1966 precisamente. Reunido, o Congresso Nacional agora em Brasília, rejeitou o veto presidencial ao projeto de lei 4950-A, que por muito tempo havia tramitado na Câmara e no Senado Federais. Neste memorável dia, foi promulgada a Lei que viria instituir em definitivo a tão esperada reivindicação.”

ANNIBAL THEOPHILO MAIA

Annibal Theophilo Maia foi o funcionário que mais tempo trabalhou no SENGE-RJ, desde os anos de criação da entidade.

Em 1933 veio de Garanhuns, interior de Pernambuco, para o Rio de Janeiro, morar com seu tio, Luiz Brasil, fundador do sindicato. O menino Annibal acompanhava o tio em seus afazeres, tornando-se conhecido no sindicato e sendo contratado em pouco tempo para o cargo de contínuo. Neste cargo ele desempenhou as atividades de datilógrafo e despachante de contabilidade e até de cobranças, tornando-se o funcionário mais confiável da entidade. Com o seu tio, Annibal aprendeu a fazer atas de reuniões e abrir o cofre do sindicato, segredo que guardou por todo o longo período em que trabalhou no Sindicato. Em 1969 ele se aposentou como auxiliar de escritório, mas só ficou um dia afastado, sendo readmitido como secretário executivo, cargo que exerceu até o seu afastamento definitivo em 22 de abril de 1997. Homem de gosto artístico e cultural refinado, Annibal assumiu também a biblioteca do SENGE e certamente é um dos maiores responsáveis pela preservação da memória histórica da entidade. Ele organizou um relato que é a primeira tentativa de sistematização da história do Sindicato, aqui utilizado como uma das fontes. Faleceu em abril de 2005, tendo sido homenageado pelo *Jornal de Engenheiros*, n.87, junho de 2005.

1964 1980

A ditadura militar



João Roberto Ripper

No início dos anos sessenta o Brasil viveu uma forte ativação dos movimentos sociais. Com o presidente João Goulart (1961-1964), ex-Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e duas vezes vice-Presidente da República, os setores mais organizados da classe trabalhadora viram uma oportunidade para encaminhar as reivindicações e ampliar sua participação nas decisões políticas do país.

Foi um dos momentos decisivos da campanha do Sindicato para a aprovação da lei do Salário Mínimo Profissional, ainda que o final do processo tenha ocorrido no início da ditadura militar. Outras categorias organizadas também encaminharam suas reivindicações históricas nesse período. Nunca na história brasileira organizações das esquerdas e entidades intersindicais tinham sido recebidas pelas altas esferas

governamentais e influído tão decisivamente nos rumos políticos do Brasil. Por isso, os setores mais conservadores e ligados ao capital estrangeiro organizaram o golpe de Estado de 1º de abril de 1964.

Foram mais de duas décadas de ditadura militar, ao lado de

outras similares no Cone Sul da América Latina. Num primeiro momento, a cassação política e o exílio foram a regra para aqueles que haviam organizado as ligações entre os sindicatos e os movimentos dos baixos patentes. As representações políticas dos setores que organizaram o golpe, ligadas aos interesses internacionais, ocupariam os principais postos das áreas econômica e de planejamento.



O rearranjo do poder resultou em novas características, e após as principais lutas sociais os velhos pelegos voltaram aos sindicatos. Ao mesmo tempo, a política recessiva resultante do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) aprofundava as dificuldades das pequenas empresas e aumentava o desemprego. Por fim, as reformas implementadas pelo novo bloco atacavam as bases sociais do setor mais organizado da classe trabalhadora. O maior exemplo foi o a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a primeira flexibilização da legislação trabalhista feita no Brasil.

Por outro lado, paradoxalmente, a ditadura reforçou materialmente a máquina sindical, ampliando seus recursos e tornando a maior parte dos sindicatos simples referência para serviços assistenciais e jurídicos trabalhistas. Essa regra pareceu contrariada em 1967-68, no governo Costa e Silva, devido a uma liberalização do regime que permitiu a renovação das diretorias sindicais e a retomada das mobilizações. O marco deste período foram as greves radicalizadas de Contagem (MG) e Osasco (SP) em 1968, a primeira parcialmente vitoriosa e a segunda brutalmente reprimida. Dez anos se passariam para que o movimento sindical voltasse à cena política brasileira.

Em junho de 1965 o Sindicato dos Engenheiros promoveu um Seminário sobre a questão salarial da categoria, com o patrocínio do Clube de Engenharia e outras entidades. A partir daí formularam o piso da categoria: engenheiro estagiário – 6 salários mínimos; engenheiro ajudante – 8,5; engenheiro adjunto – 11; engenheiro assessor – 13,5; e engenheiro consultor – 16 salários mínimos.

Logo após o Marechal Castelo Branco ter vetado a lei, o Sindicato dos Engenheiros começou a ser presidido pela controversa figura de Arlindo Laviola. Seu nome já havia aparecido na história do Sindicato, quando foi demitido da Secretaria do governo Carlos Lacerda e o Sindicato empunhou uma campanha de solidariedade aos engenheiros

estaduais. Laviola participou do final da campanha nacional em favor do projeto de lei que instituiu a Lei do Salário Mínimo Profissional dos engenheiros, arquitetos e agrônomos. O veto presidencial foi derrubado e levou o Senado a aprovar a demanda destes profissionais por expressiva votação. Castelo Branco ainda tentou declarar a lei inconstitucional, mas o Consultor-Geral da República, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, considerou que seria a negação da ordem democrática. Anos depois, a Constituição Federal de 1988 fortaleceu a aplicação da Lei 4.950-A/66, prevendo a existência de um piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho.

Voltando à gestão Laviola, seu caráter contraditório devia-se às ligações íntimas com a ditadura militar. Até 1980 a linha política do Sindicato foi de apoio e proximidade ao regime. Em seu discurso de posse, em 21 de março de 1966, criticou duramente o Sindicato. É possível afirmar que ele estava sendo extremamente injusto com a história da entidade, que teve em sua trajetória inúmeras conquistas para a categoria. Em sua exposição sobre a necessidade de reorganizar o Sindicato, para que ele deixasse de ser uma “agremiação de intelectuais”, Laviola via certo preconceito na categoria ao perceber na palavra “Sindicato” o sinônimo de “subversão”. Todavia, premido pelas circunstâncias, criticava o Ministro do Planejamento, Roberto Campos, que visava permitir a entrada no país de firmas e engenheiros estrangeiros. O “entreguismo” de Campos, tão conhecido pela esquerda brasileira, era agora conjurado pelo conservador presidente do Sindicato dos Engenheiros, que denunciava o beneficiamento das firmas norteamericanas.

Poucos dias após a sua posse, Laviola enviou uma circular a seus associados com o propósito de pedir a “colaboração” com o novo regime, pedindo aos colegas que enviassem ao Sindicato “uma síntese de suas ideias a respeito de trabalhos sobre a Política de Valorização da Classe; de esquemas de cursos sobre a liderança e críticas

generalizadas”. Era aparentemente algo construtivo e até democrático. Só que por trás da justificativa de organizar a luta sindical de forma mais consequente, o objetivo era “afastar das listas eleitorais os *‘anti-democratas’*, os *nacionalistas de fachada* – que até hoje só trabalham para o bem estar próprio”, dizia o documento. O uso de “atestados de ideologia” voltaram a ser exigidos, e não é por acaso que Laviola seja lembrado como uma pessoa que tinha relações com a DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social).

Em audiência com o Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, que presidiu o período mais duro do regime militar, em dezembro de 1969, Laviola entregou um memorial ao ditador. No documento ele elogia o empenho do governo em promover o desenvolvimento econômico e pede uma ação governamental para a valorização dos salários dos engenheiros e arquitetos do Serviço Público. As gestões de Laviola, como todas da época, também primaram pelo melhoramento das instalações do Sindicato, além do reforço nos serviços oferecidos pela entidade a seus associados. O balanço final denota o caráter oficialista assumido pela entidade por esses anos.

O Sindicato passa a ser denominado em 1972 **Sindicato dos Engenheiros do Estado da Guanabara (SEEG)**, após alguns anos de indefinição. Esse título foi alterado algumas vezes, até que em março de 1978 passou a adotar o nome atual de **Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ)**. No dia 23 de março de 1973 foi inaugurada uma nova sede, no local onde se encontra até hoje, no edifício São Borja da avenida Rio Branco, centro do Rio. Após algumas iniciativas de Laviola junto ao Ministério do Trabalho, a base territorial do Sindicato foi estendida para todo o estado do Rio, com exceção do município de Volta Redonda, que já possuía um sindicato dos engenheiros. Um dos legados mais importantes deste período foi a extensão da base territorial do Sindicato.





Em 1984 o Rio de Janeiro promove seu primeiro comício pelas Diretas. Não obstante as maiores manifestações públicas já realizadas na história do país, no dia 25 de abril, a Emenda Constitucional Dante de Oliveira foi derrotada por falta de quórum. O Sindicato expressou em seu boletim: a votação da emenda Dante de Oliveira teve duplo significado para a nação. A derrota do povo, traído por parlamentares divorciados das aspirações populares, insensíveis às maiores manifestações de nossa história política; e a vitória consubstanciada no avanço da consciência popular, na maior participação das massas no processo político e na desmoralização do Colégio Eleitoral.



O novo sindicalismo

1980
2002

Após o AI-5 a ditadura militar viveu sua fase de terrorismo de Estado mais acentuada. Com a aniquilação da resistência e a realização do projeto de retomada da expansão econômica capitalista, expressa no chamado “Milagre”, os artífices do regime anunciaram intentos de liberalização. O anúncio do presidente Geisel para uma transição à democracia era também o resultado do cansaço da sociedade em relação à própria ditadura.

Clandestinas ao longo da década de setenta, as organizações da esquerda lutam contra as altas taxas de exploração, as jornadas extenuantes, os baixos salários e péssimas condições de moradia encontradas nos grandes centros industriais. No ABC paulista explodiram as mais

importantes mobilizações sindicais. Os analistas sociais deram a essa retomada o nome de “Novo Sindicalismo”, para referir-se às lutas sindicais que pipocaram no Brasil no contexto da abertura democrática. No plano político-partidário surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT), formado pelas lideranças sindicais ligadas ao grupo de Lula, setores da Igreja, dentre outras personalidades do campo progressista.

No plano da organização sindical, a expressão maior foi a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto de 1983, no Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), realizado em S. Bernardo (SP). O SENGE-RJ teve papel central em sua estruturação, tanto no plano nacional como regional. Alguns grupos se opuseram à CUT e aglutinaram sindicatos urbanos, rurais e diversas federações e confederações em torno de uma Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (também CONCLAT), criada no mesmo ano de 1983 e que daria lugar à Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Nos anos 1990 muitos deles ingressariam na CUT, e surgiriam outras entidades como a Força Sindical, que ganhava apoio do governo e empresariado pelo seu apoio à lógica do capitalismo.

Entre os engenheiros, que estiveram presentes em todo esse processo, também ocorreram divisões. Nas primeiras diretorias da CUT, sindicalistas vindos dos Senges,

principalmente do Rio e Bahia, foram eleitos para cargos dirigentes. Os de São Paulo, no entanto, se opuseram. A vinculação dos Sindicatos de Engenheiros às lutas do novo sindicalismo vinham ainda dos fins dos anos 1970. Mesmo a Federação Nacional dos Engenheiros, fundada pouco antes do golpe em 1964, viveu uma fase de reaglutinação.

A aceleração do desenvolvimento capitalista no Brasil desde os anos 1950 aumentou o número de engenheiros assalariados, particularmente nas empresas estatais e nas empresas de consultoria. Essa mudança renovou a base social do Sindicato, que começou a se articular na luta pela redemocratização do país. A partir de 1977 um grupo de ativistas clandestinos começou uma campanha de filiação ao Senge-RJ, preparando uma disputa da direção do Sindicato com o incrustado grupo de Laviola. Como contam esses ativistas, naquela ocasião Laviola lançou mão do expediente de enviar as fichas dos novos filiados ao Sindicato para o DOPS. A campanha que em setembro de 1979 levou à renovação da diretoria do Clube de Engenharia animou os ativistas com a eleição da chapa “Centenário” liderada pelo engenheiro Plínio Reis de Catanhede Almeida. Nas eleições realizadas em 1979 uma chapa de esquerda liderada pelo engenheiro Jorge Bittar ganhou a direção do SENGE-RJ, marcando a guinada política mais importante na história do Sindicato.



A partir desta gestão o SENGE se notabilizou por sua participação ativa nos importantes episódios da luta pela democracia, pela soberania nacional e em defesa da valorização profissional da categoria. Auxiliou também na criação de associações de empregados de empresas estatais a partir de 1981. O novo presidente denunciava a dependência tecnológica do exterior como principal dificuldade no mercado de trabalho pelos engenheiros, além da própria crise econômica que o Brasil enfrentava. O Sindicato não responsabilizava o aumento do número de vagas nas Escolas de Engenharia como causa do desemprego na categoria. Foi certamente uma mudança histórica no perfil do Sindicato, que passou a se identificar com uma combatividade não encontrada em outros momentos de sua trajetória.

Em paralelo, a lei do Salário Mínimo Profissional era desrespeitada em muitos casos. Aparecia na imprensa,

quando eram anunciados empregos para engenheiros com remuneração abaixo do piso de seis salários mínimos. Eram regulares as denúncias de associados ao Departamento Jurídico do Sindicato. As empresas registravam os empregados com outras atribuições para fixar-lhes os salários convenientes aos seus interesses. O SENGE orientou seus associados que estivessem em situação semelhante a procurarem o Jurídico, para que o Sindicato pudesse patrocinar uma ação junto à Justiça do Trabalho para garantir a remuneração justa e a dignidade dos engenheiros.

Seguindo uma política econômica contestada pelos movimentos, no fim de 1980 o governo decretou o fim do salário mínimo profissional de diversas categorias de nível superior. Mais de cem entidades de todo o país enviaram abaixo assinado ao Presidente Figueiredo, além de terem organizado o envio de milhares de aerogramas aos parlamentares e de uma caravana a

Brasília para exigir do Congresso a suspensão do tal artigo. Posteriormente, o Plano Bresser criou o Salário Mínimo de Referência, que voltou a ameaçar essa conquista histórica.

A Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) promove em 1982 o II Encontro Nacional dos Sindicatos dos Engenheiros, propondo a defesa da tecnologia nacional e a democratização da Universidade brasileira como principais bandeiras. Na ocasião foi aprovada a “Carta de Niterói”, que apontava a necessidade de uma nova política industrial que garantisse a retomada do desenvolvimento econômico e das contratações no mercado de trabalho. O SENGE-RJ também participou ativamente no 1º CONCLAT, enviando 15 delegados com direito à voto, evento que foi um marco na história do movimento sindical brasileiro.

Jorge Bittar

(presidente de 1980 a 1986)

A eleição de nossa diretoria para dirigir o Senge em 1980 teve um significado muito especial. Era a consagração de um período de retomada das lutas democráticas no país com a reativação de importantes entidades representativas da sociedade, particularmente dos sindicatos. A retomada do SENGE por uma gestão de natureza democrática permitiu que nós pudéssemos dar uma nova direção ao trabalho sindical. Sobretudo por reconhecer que, desde os anos 60 e 70, houve transformações importantes no papel dos engenheiros na sociedade, particularmente no setor produtivo. Os engenheiros tiveram a sua atividade muito massificada, fruto de um processo natural de desenvolvimento da economia, do capitalismo nacional, motivando, portanto, um assalariamento muito intenso da nossa profissão. Passamos a representar milhares de profissionais de Engenharia. Nossa luta contra o achatamento salarial foi muito importante. Criamos associações de engenheiros e/ou de servidores das empresas estatais em muitas empresas que não tinham ainda tradição de sindicalismo. O sindicato teve também uma atuação muito específica em defesa da tecnologia nacional, em articulação com entidades como o Clube de Engenharia, o CREA e universidades. Tivemos que travar uma dura luta contra o desemprego dos profissionais da área de engenharia. Nós ajuizamos o primeiro dissídio coletivo dos engenheiros, visando definir uma data-base e lutar por reajustes dos salários. Isso se transformou em uma grande ação na Justiça do Trabalho. As empresas resistiram, mas obtemos vitórias na Justiça. E fomos muito solidários com outros setores da sociedade que lutavam também pela renovação da vida sindical. O sindicato era um espaço da retomada das lutas sociais e das lutas pela democracia em nosso país. Participamos de todos os processos de retomada das relações intersindicais, e particularmente, da construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Como representante do Sindicato dos Engenheiros tive o privilégio de presidir a principal plenária da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), em 1981, representando o nosso trabalho no Rio de Janeiro, que extrapolava o limite do nosso sindicato. Participamos ativamente da luta das Diretas, e de todas as lutas democráticas e realizamos muitas conquistas importantes para os engenheiros e para a sociedade brasileira. O Sindicato dos Engenheiros é uma referência importante da sociedade carioca, do Estado do Rio de Janeiro e brasileira. Longa vida para o nosso sindicato!





Maria José Sales

(ex-diretora Senge-MG e primeira diretora mulher da FISENGE)

Foi avassalador o movimento sindical na década de 80. Começou no Rio de Janeiro. As vitórias se sucederam e os sindicatos saíram das mãos da direita e passaram a ter um papel preponderante na sociedade. O SENGE é um sindicato importantíssimo na cidade do Rio, porque ele fez interlocuções e abriu sua sede para todas as categorias. Vários movimentos tiveram origem na sede do sindicato. A comemoração dos 80 anos é um marco no sindicalismo do Rio de Janeiro e no sindicalismo brasileiro. Essa história tem que ser contada, fazer parte de teses, dissertações e livros, porque o que mais mudou nos últimos tempos foi o mundo do trabalho, e o sindicato viveu bem essa crise sindical porque elegeu políticas públicas para trabalhar: a política de saneamento, de energia, que são políticas que estão tendo outro rumo no país. E, não temos dúvida, que vai desempenhar sempre um papel importante dentro do estado e do movimento sindical. Ainda há muito a fazer. Estamos fechando um ciclo, outros começam a abrir novos ciclos e, assim, a luta continua.

Ao contrário dos argumentos do governo, que recorria ao FMI para empréstimos que aumentavam a dívida brasileira e exigia cortes de gastos nas áreas sociais e investimentos públicos, o SENGE indicava como responsável pela crise o modelo de desenvolvimento econômico adotado pela ditadura. Eram feitas obras faraônicas financiadas com o endividamento externo. No balanço da gestão de Bittar no Senge consta a campanha contra um decreto do

governo, que reduzia os reajustes salariais, e o aumento do prestígio do Sindicato com a ampliação do número de seus associados; em 1982 ultrapassou a marca dos 10 mil. Essa diretoria foi reconduzida para uma nova gestão em 1983 e se destacou nos movimentos pelo fim da ditadura.

Em 1983 a campanha Diretas já! pela redemocratização do país ganhou novo ímpeto, com a formação de um grande movimento social em torno das eleições

para a presidência da República. No dia 07 de dezembro foi criado o Comitê Rio Pelas Eleições Livres e Diretas para a Presidência da República, e o SENGE-RJ embalado pelo movimento também formou seu próprio Comitê dos Engenheiros e desenvolveu intensa mobilização em suas bases. O sociólogo Herbert de Souza, o "Betinho", foi uma das personalidades que transitou com certa frequência na sede do Sindicato e em fóruns promovidos por este.



Lideranças assumem mudança histórica no perfil do Sindicato, que passou a se identificar com uma combatividade não encontrada em outros momentos de sua trajetória

Arquivo SENGE/RJ





Após a derrota do movimento pelas eleições diretas, o penoso processo de redemocratização volta-se para as esferas do poder. Todo o rico movimento popular que lotou as ruas do país viu surgir como única alternativa a candidatura oposicionista de Tancredo Neves para a sucessão presidencial. O drama da eleição indireta de Tancredo contra o candidato civil da ditadura militar, Paulo Maluf, e a sua doença e morte seguida da posse de seu vice, José Sarney, são episódios bastante conhecidos dos brasileiros.

O movimento popular organizado pelas bases teve importante participação na elaboração da nova Carta Magna promulgada em 1988. O SENGE se engajou no Movimento Nacional Pró-Constituinte, exigindo a revogação ou alteração profunda dos instrumentos jurídicos de exceção oriundos da ditadura, entre eles as Leis de Segurança Nacional, Imprensa, Greve e a CLT, dentre outras. O SENGE também participou de um Plenário Nacional pró-Participação Popular em busca de elaborar pontos de exigências à Assembleia Constituinte. Foram colocados painéis de acompanhamento dos trabalhos constituintes – “De Olho na Constituinte” – em praças e locais de grande circulação pública em todo o

país. O SENGE-RJ ainda colheu assinaturas em suas bases para as propostas de iniciativa popular à Constituinte e também integrou o Movimento Ciência e Tecnologia na Constituinte para o Desenvolvimento Social, que era contra a produção de armas nucleares.

O processo de democratização do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro teve como objetivo a ampliação do número de engenheiros assalariados, principalmente nas empresas estatais e nas empresas privadas de consultoria. É por isso que, além de continuar a defender os profissionais liberais, o SENGE-RJ integrou-se aos movimentos gerais de reivindicação dos assalariados.

O sindicato teve forte atuação em favor desses dois setores. Ao lado de outros sete sindicatos, o SENGE-RJ participou ativamente da direção da campanha pelo dissídio coletivo em 1986. No dia 3 de julho de 1986 foi realizada, durante 24 horas, a primeira greve pelos empregados de consultoria. A paralisação reivindicava o aumento salarial, a eleição de representantes sindicais e redução da jornada de trabalho para 40 horas. Poucas reivindicações foram alcançadas,

mas se conquistou a mudança da data-base do setor, o piso-salarial e o auxílio-creche.

Nas empresas estatais a participação do SENGE-RJ foi intensa nas campanhas salariais, nas greves e na denúncia dos intentos de privatização. Foi destas mobilizações que, ao final da década, surgiu o Fórum das Estatais. Dentre tais mobilizações destacou-se a greve de 24 horas dos trabalhadores da Embratel, em 1987, que levou 12 mil pessoas para as ruas em protesto contra a quebra do monopólio estatal das telecomunicações. Vitoriosa, a mobilização obrigou a empresa a revogar o contrato.

Muitas vezes o SENGE-RJ atuou em coordenação com outros Sindicatos e entidades de base, como na campanha salarial dos funcionários de Furnas, em outubro de 1987. Depois de uma forte greve, a direção da empresa foi obrigada a negociar e estabeleceu um acordo bem próximo do que esperavam os sindicalistas. Importantes seriam também as greves gerais na década de 80, todas com a participação ativa do SENGE-RJ. Mas o governo também não brincou em serviço, e a repressão foi implacável.

Eliomar Coelho

(1º Secretário de 1980 -1986)

Nós recebemos os ventos do processo de democratização. No movimento dos engenheiros resolvemos trabalhar a nossa participação de forma mais efetiva nas nossas entidades. Fizemos um grande trabalho de mobilização. Primeiro, convencer o engenheiro da necessidade de se filiar, porque, no fundo, ele só queria saber do Clube de Engenharia. Convencendo-o, então, era preciso levar a proposta para a inscrição como sindicalizado. Isso envolveu muita gente e chegou a um processo eleitoral. Fomos para fora do Clube de Engenharia fazer nossas reuniões semanais, porque o presidente do sindicato pediu uma lista de todo mundo que participava e entregou ao SNI resultando na prisão de vários companheiros. Ganhamos a eleição e demos realmente outra cara ao Sindicato dos Engenheiros, com um amplo trabalho junto aos engenheiros nos seus locais de trabalho. Vou citar o exemplo de Furnas, quando fizemos seminários com os profissionais e ajudamos a construir a entidade que veio a ser chamada depois Associação dos Empregados de Furnas. Essa foi a nossa luta, resistindo e trabalhando. Não poderia, de forma alguma, deixar de falar que, num determinado momento, a profissão do engenheiro ficou um pouco precarizada. Nossa diretoria trouxe dois sindicalistas da França e convidamos a representação de vários sindicatos para o Rio de Janeiro. Passamos uma semana na Quinta da Boa Vista discutindo como deveria ser dali para frente os rumos do nosso sindicato. Não teve um momento da democratização desse país que o sindicato não estivesse presente. E é claro que, por conta dessa história vigorosa, o nosso sindicato forjou um expressivo contingente de pessoas que hoje estão na política.





Manifestantes em praça pública: todo o rico movimento popular que lotou as ruas do país viu surgir como única alternativa a candidatura oposicionista de Tancredo Neves para a sucessão presidencial

No fim a greve geral foi bem sucedida e acabou forçando o governo a buscar entendimentos com os representantes dos trabalhadores, propondo um “pacto social”. Na ocasião, a CUT afirmou que aceitava dialogar, mas sem aceitar sacrifícios, troca favores e venda de promessas vazias. E em 12 de janeiro de 1987 foi enviada uma lista de 19 reivindicações ao governo Sarney: a adoção do índice do salário mínimo calculado pelo Dieese, jornada de 40 horas semanais,

liberdade e autonomia sindical, ratificação das convenções 85 e 151 da OIT, etc. No sentido contrário, o governo Sarney apresentou o Plano Bresser, que propunha o maior arrocho salarial até então visto.

O volume de contradições acumuladas no país, em meio a uma descontrolada inflação, levava a uma capacidade de resistência e luta cada vez maior por parte dos trabalhadores. Deste modo, em 20 de agosto de 1987 tem lugar

nova greve geral, feita em torno a três eixos: contra o pagamento da dívida externa, contra o Plano Bresser e pelas eleições diretas para presidente.

Essa consciência sobre o assalariamento dos engenheiros fez parte das discussões feitas pela direção do Sindicato com suas bases. Mas nem todos têm essa clareza, muitos se identificam mais com a empresa em que trabalham.

Agostinho Guerreiro

(2º Secretário de 1980 a 1983 e 2º Vice-Presidente de 1983 a 1986)

O SENGE-RJ foi e é muito importante não só para os engenheiros, mas para toda a sociedade brasileira. Nesses 80 anos se empenhou e fez crescer o movimento pela democratização das nossas entidades, como o Clube de Engenharia, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, a Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro - SEAERJ e o próprio SENGE. Sua ação foi determinante. Contribuiu para a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, para a criação de um novo sindicalismo e para a democratização definitiva do Brasil. Unidos, os movimentos sociais venceram a ditadura militar e consolidaram a democracia com a Constituição de 1988. Vivemos intensamente, na direção do SENGE, nas ruas, esses momentos históricos, fazendo história.





O SENGE-RJ, portanto, sentia desde o início dos anos 80 a necessidade de participar das lutas sociais, econômicas e políticas do país. O choque dos assalariados contra a classe capitalista ou o Governo refletia-se frequentemente em manifestações, paralisações e greves. A direção do Sindicato não tem dúvidas que faz parte da classe trabalhadora e defende seus interesses.

O volume de campanhas, greves, manifestações públicas etc., em que o SENGE esteve envolvido representa um momento alto da história do sindicalismo e da participação dos trabalhadores organizados no processo político brasileiro. Isso era inédito na história do próprio Sindicato, pois no pré-64, quando o movimento sindical brasileiro também viveu um de seus pontos altos, o SENGE não se envolveu tão amplamente com as lutas gerais da classe trabalhadora. O dado novo fundamental foi o processo de assalariamento crescente da categoria. Naturalmente o Sindicato dos Engenheiros participou do campo da sociedade brasileira que se unificou em torno da candidatura de Lula (PT) à presidência da República nas eleições de 1989. Apesar de superar as expectativas, Lula perdeu a eleição para um filho da oligarquia brasileira, Fernando Collor de Mello.

O neoliberalismo e a luta contra as privatizações nos anos 90



Arquivo SENGE/RJ

Plebiscito da Dívida Externa, promovido de 2 a 7 de setembro de 2000, no Rio de Janeiro

No Brasil os anos noventa sempre serão lembrados como a “década do neoliberalismo”, quando os sucessivos governos privatizaram as empresas públicas e iniciaram a flexibilização dos direitos sociais. A própria Constituição de 1988, resultante do contraditório processo de

redemocratização do país, que consagra diversos direitos sociais e a obrigação do Estado de prover os serviços básicos de educação, saúde, saneamento e segurança à população, passou por um período de “revisão”. Esta se tornaria a “base legal” para as contra-reformas neoliberais, que

Agamenon Oliveira

(presidente 2007/2008)

Assumi a presidência do SENGE por conta do compromisso da diretoria fazer uma espécie de rodízio: um colegiado elegia o presidente e revezávamos. Vivemos, por exemplo, nesse período, a luta dos engenheiros de Furnas contra um Plano de Carreira que a empresa tentava implantar, no qual os engenheiros perdiam a perspectiva de carreira. Com forte mobilização conseguimos reverter a situação. A questão da privatização, do ponto de vista mais amplo, nunca deixou de acontecer. Muda de forma, como o lobo vai mudando para pegar os três porquinhos. O que está por trás de tudo isso é uma sobrevalorização do mercado. Isso continua e nunca parou. Ocorreram mudanças importantes na transição de FHC para Lula, mas nenhuma radical. Na década de 90 tínhamos claro que a privatização era danosa e lutamos contra a entrega da Vale, CSN e outras empresas. Hoje a política é mais difusa, embora seja tão prejudicial quanto. Do ponto de vista dos engenheiros, houve uma mudança e existe grande dificuldade de mobilização e existe descrédito na política, o que é ótimo para a direita, porque se ninguém quer saber de política eles resolvem sem a nossa participação. Todo o movimento sindical está sofrendo esta crise de participação. As profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho e a possibilidade cada vez mais concreta da implementação do projeto neoliberal lançaram-lhe o seguinte repto: recicla-te ou te devoro.





formou o desenho das políticas governamentais no período. A derrota de Lula para Collor no segundo turno das eleições presidenciais de 1989 jogou um balde de água fria no rico processo de mobilização sindical e popular.

Foi uma década marcada pela fragilização das entidades sindicais, a partir de uma política deliberada dos sucessivos governos e dos empresários. Além do deslocamento das plantas industriais para locais sem tradição de luta sindical, as práticas da terceirização e fragmentação das próprias unidades produtivas em diversas pequenas empresas conformariam uma nova paisagem das áreas urbano-industriais. O Brasil experimentou a sanha governamental contra os direitos dos trabalhadores, e nos anos 1990 os ataques eram cada

vez mais violentos contra os aparelhos sindicais. Um dos artifícios utilizados era o desrespeito às normas legais que garantem aos dirigentes sindicais sua estabilidade no emprego. Havia também o desafio de garantir a representatividade das entidades num contexto de alta do desemprego, onde uma parte significativa dos trabalhadores empregados não conhecia o contrato formal de emprego. Um exemplo disto foi a chantagem feita à base operária do sindicato dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, para a privatização da empresa e a entrega da direção de seu sindicato à Força Sindical. A direção da CSN ameaçou os trabalhadores de demissão caso a chapa da CUT fosse novamente vencedora no pleito sindical, e logo

após a privatização 10 mil operários foram demitidos.

Datam do início dos anos oitenta as primeiras denúncias do SENGE-RJ à política de privatizações. O Plano Nacional de Desestatização (PND), apresentado pelos porta-vozes do governo como a panaceia para resolver os problemas da economia brasileira, desde essa época já vinha se gestando. Tendo em sua base social muitos engenheiros das empresas estatais, o SENGE-RJ desempenhou papel ativo na luta contra as privatizações durante a década de 1990 atuando na linha de frente com mobilizações de rua, campanhas de esclarecimento, produção de cartilhas informativas e atividades contra os planos de desestatização. Em outubro de 1993 denunciou as falácias em torno do PND, mostrando que, até

Clóvis Nascimento

(presidente 2001/2004)

Fazer parte dessa gloriosa história é motivo de muito orgulho e satisfação. Afinal, são 80 anos de lutas em prol dos engenheiros e da engenharia nacional, com efetivas contribuições ao desenvolvimento da nação brasileira. Este é o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro. Precisamos lembrar que somos um país, e temos que preservar a memória da luta dos trabalhadores. Quando dizem que o Brasil é um país sem memória, o que se diz, na prática, é que ele conta a sua história pela voz da sua elite, pelo viés do capital. Em nome de todos que deram a sua vida, que lutaram, eu gostaria de reverenciar o engenheiro Rubens Paiva, e sua participação, que poucos conhecem, na conquista da lei do salário mínimo profissional. Foi uma luta histórica, com décadas de mobilização da categoria. E quem conta essa história é o advogado Almino Affonso, autor da lei do salário mínimo profissional: a lei partiu da iniciativa de Rubens Paiva, eleito em 1962 deputado federal pelo PTB-SP. Com o golpe e a cassação do seu mandato, Rubens Paiva seguiu para o exílio, e, logo depois, retornou ao Brasil, quando foi preso em 1971, torturado nos porões do DOI-CODI e assassinado pelos agentes da repressão. Isso é história. Precisa ser escrita e lembrada.

aquela altura, das 24 empresas privatizadas, 13 foram vendidas pelo preço mínimo exigido nos leilões. Nesse sentido, o governo gastou mais com as privatizações do que arrecadou com as empresas vendidas.

Com o fenômeno de assalariamento dos engenheiros generalizado no território nacional, em alguns estados os sindicatos continuariam a operar de forma tradicional, o que esteve na base das disputas dos engenheiros cutistas

no interior da Federação Nacional dos Engenheiros nos anos oitenta e que desembocaria na criação da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) em 1993, movimento em que a atuação do SENGE-RJ foi decisiva. Foi um período de retomada das mobilizações do sindicato, antes impulsionadas pela geração que tinha Jorge Bittar na direção da entidade. Esse grupo foi responsável pela renovação que marcou a história do sindicato. Com a

retomada das lutas o SENGE foi alvo de represálias por parte dos governos neoliberais, pois o Sindicato e seus diretores se colocaram na linha de frente do combate a essa agenda anti-nacional. Para diretores do SENGE em outros estados, como na Bahia, a gestão carioca foi a primeira após o período de repressão a ser composta por uma administração mais à esquerda, servindo de exemplo para outras regiões. A diretoria que assumiu se comprometeu a realizar um rodízio





Fotos: Arquivo SENGE/RJ



Manifestação nas ruas do centro do Rio

na gestão, de modo a democratizar a instituição em sua prática interna. O revezamento na presidência era escolhido pelo colegiado da diretoria eleita a cada ano. O resultado disso é que atualmente todos têm praticamente o mesmo comprometimento e nível de decisão, e as discussões são feitas sempre com um bom nivelamento e respeito. A inserção de muitas mulheres na administração do sindicato é outro sintoma desse processo.

Uma das lutas travadas pelo SENGE contra a desestatização foi a do sistema Eletrobrás, que compreendia empresas públicas como Cepel, Furnas e Light. O presidente Itamar

Franco havia assinado um decreto autorizando a formação de consórcios entre empresas públicas e privadas para a construção de novas usinas e conclusão das já iniciadas. A privatização da Light, incluída por Itamar no PND, se seguiria das polêmicas privatizações da Vale do Rio Doce e da própria Petrobrás. O governo de FHC reprimiu violentamente as entidades sindicais dos trabalhadores da Petrobrás, quando foram realizadas greves em favor do monopólio estatal do petróleo nacional. A paralisação durou 32 dias e, além da luta, enfrentou a demissão de 34 lideranças. O exército ainda ocupou as refinarias e a greve foi derrotada, representando uma inflexão



negativa na atividade sindical. O movimento contra a privatização do setor elétrico tomou a agenda do sindicalismo dos engenheiros, e o SENGE responsabilizou-se por sua Secretaria Técnica. Nesse período foram realizados diversos atos nas portas das empresas. No início do governo FHC (1995), ficou claro que a meta era a radicalização do processo de venda das empresas públicas. Os sindicalistas também criticavam a participação do BNDES no financiamento às empresas privadas

Carlos Bittencourt

(presidente Fisenge)

O SENGE-RJ tem uma importância fundamental para a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE). Desde a discussão de sua formação e a fundação em 1990, o SENGE-RJ sempre esteve presente nos grandes debates nacionais. É o sindicato dos engenheiros mais antigo do Brasil, com uma longa história em defesa da categoria e da Engenharia, através das negociações coletivas e ações jurídicas. Mas, muito mais do que isso, o SENGE-RJ sempre esteve presente nas lutas pela democracia. Em nome de todos os sindicatos de engenheiros filiados à FISENGE, quero parabenizar a direção atual do Sindicato dos Engenheiros e todas as direções anteriores. É de grande importância, e até um exemplo para todos os sindicatos, a história de lutas do Sindicato dos Engenheiros no estado do Rio e sua estreita relação com os movimentos sociais.





Ato na sede de Furnas, no Rio, contra a privatização da empresa



Luiz Inácio Lula da Silva, então sindicalista, em debate no auditório do SENGE-RJ

para a compra das estatais, política que acabou se confirmando em todo o processo de privatização no governo neoliberal. Até o governo Itamar Franco as privatizações eram justificadas pela suposta capacidade de transferir os

recursos obtidos com a venda para as áreas sociais, mas com o governo FHC estes recursos seriam gastos no abatimento da dívida pública. Só na primeira privatização do governo FHC, a da Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa), foram demitidos cerca de 25% dos funcionários. A



Comício no Centro do Rio, contra a privatização da Vale





Fotos: Arquivo SENGE/RJ



Uma rotina: diretores do SENGE-RJ participam de greves...

Fotos: Arquivo SENGE/RJ



.... e manifestações populares no Rio de Janeiro

manobra para dividir a Eletrobrás com o propósito de privatizá-la, burlando normas legais, também foi criticada. No dia 1º de dezembro de 1995 o SENGE promoveu uma reunião com diversos segmentos da sociedade civil para criar uma frente parlamentar em defesa do setor elétrico, num momento em que o próprio Congresso já havia aprovado a Lei de Concessões e o presidente sancionado. Para o Sindicato dos Engenheiros o importante era garantir mecanismos que permitissem aos cidadãos intervirem na política de tarifas e de expansão da rede elétrica, além da eficiência de todo o setor.

Mesmo assim o programa de desestatização vingou em todas as esferas governamentais. No fim de 1995 o governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (PSDB), conseguiu que a Assembleia Legislativa aprovasse o seu Plano Estadual de Desestatização (PED), que previa além das privatizações, terceirizações e parcerias com a iniciativa privada. No dia houve uma manifestação duramente reprimida pela polícia, que prendeu dezenas de pessoas. O sucateamento das empresas estaduais

Paulo Granja

(presidente de 2004 a 2007)

Minha primeira gestão como diretor do SENGE/RJ foi em 1992, mas foi a partir de 1995, após uma cisão entre os diretores da gestão anterior, que senti grande afinidade política com os meus novos pares de diretoria. A partir daí, apesar de vir se renovando, aquela e as novas diretorias tinham dentre as suas mais importantes características, destaque duas: no sindicato ninguém é “estrela” nem tem “capa preta”. Todos têm praticamente o mesmo comprometimento e nível de decisão. Apesar de inúmeras vezes o “pau quebrar”, por divergências de opinião e de pensamento, todas as discussões são feitas, sempre, com respeito entre todos. O meu envolvimento, no sindicato, foi muito grande na informatização dos processos administrativos, financeiros, jurídicos e de negociações coletivas. Isso praticamente não existia, quando muito, existiam alguns registros em planilhas de Excel e os controles eram muito frágeis. Ainda tem muito para fazer nessa parte, mas houve um grande avanço dando muita transparência à administração do sindicato. Sempre foi muito grande meu envolvimento com o funcionamento da máquina sindical, procurando deixar a estrutura nas melhores condições possíveis, para que se pudesse fazer o melhor trabalho político, e também nas negociações coletivas, na assistência jurídica, além de outras atribuições. O que chama a atenção na nossa luta sindical, principalmente na era Lula, é que com a política de valorização do salário mínimo implementada pelo governo, política que apoiamos, começamos a viver um período de muita preocupação, pela violação do salário mínimo profissional em diversas empresas. Por isso, organizei, em várias empresas, assembleias para que se fizesse o enfrentamento político e judicial para garantir o piso salarial. Até o momento, não perdemos nenhuma ação e já ganhamos várias. Essa, certamente, é uma das mais importantes e vitoriosas bandeiras de luta em prol da categoria, no período mais recente



Fotos: Arquivo SENGE/RJ



Sergio Almeida, então presidente do SENGE-RJ, em manifestação contra a privatização de Furnas, encontra a sede da empresa tomada por policiais

Cerj, CEG, Cedae, Conerj, Flumitrens e Feema foi a política adotada pela administração, e contra isso se formou o Fórum Estadual em Defesa do Serviço Público, no qual o SENGE e outros sindicatos tiveram destacada atuação.

A mais emblemática das batalhas contra as privatizações se deu em torno da empresa mineradora Vale do Rio Doce. No início de 1996 sindicatos e outras entidades da sociedade civil articularam uma campanha, e o Senge publicou várias matérias em seu jornal

e convocou os associados a participar do amplo movimento. Naquele momento a Vale havia se transformado num dos mais rentáveis empreendimentos estatais e detinha as reservas minerais do solo brasileiro. Em 17 de dezembro de 1996 um ato

Sergio Almeida

(presidente do Senge/RJ em 1995)

Ao assumir a direção do Senge/RJ tínhamos clareza de que a luta a ser travada era contra a ideologia da desestatização, não apenas sob a ótica dos interesses profissionais legítimos dos nossos representados, como do próprio futuro da engenharia brasileira e do desenvolvimento do País. Sabíamos também que só teríamos chance de êxito se nos agregássemos às entidades que compartilhassem conosco a visão de que o Estado tinha um papel central na retomada do crescimento do Brasil. De início, amargamos duras derrotas, com a privatização da Escelsa e da Light (que abriu caminho para a venda de quase todas as distribuidoras de energia elétrica do País), da Vale, das usinas geradoras da Eletrosul, dentre outras. Na medida em que nos organizamos, passamos a alcançar vitórias importantes como a preservação de Furnas como empresa estatal e da própria Eletrobrás. Mas havia um delicado dilema a ser enfrentado. Mesmo compreendendo as dificuldades conjunturais da época, os associados esperavam o êxito das suas entidades por ganhos de curto prazo, tais como melhorias salariais e conquistas sociais (cobertura de despesas médicas, auxílio alimentação etc). Assim, tínhamos que “semear e cultivar” atividades com diferentes tempos de “colheita”. Dentre as ações com resultados de “longo prazo”, talvez a mais gratificante e significativa tenha sido a incorporação do SENGE/RJ à campanha contra adesão do governo brasileiro ao acordo de formação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. Além de abrigar em suas instalações a secretaria estadual da campanha, o Sindicato levou o tema para discussão no seio da categoria. Para a categoria, o que estava em jogo era o próprio sentido da engenharia brasileira no futuro, seja no número de postos de trabalho, seja nas atribuições que lhe caberiam. A luta valeu a pena.



simbólico marcou a campanha, com um abraço ao edifício da empresa, no centro do Rio de Janeiro. Houve um ato público na ABI em 1997 com a participação de personalidades como Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Luis Fernando Veríssimo e Oscar Niemeyer. As principais manifestações ocorreram no centro do Rio, levando às ruas milhares de pessoas. Graças à pressão popular o leilão da Vale foi adiado, mas em maio de 1997 a empresa foi arrematada na Bolsa de Valores do Rio

de Janeiro por U\$3,3 bilhões. Nove meses depois a Vale teve um faturamento superior à U\$ 10,1 bilhões, confirmando-se o que o movimento de resistência à privatização denunciava.

Graças à resistência do movimento organizado dos trabalhadores foi possível evitar que a Cedae e Furnas deixassem de pertencer ao povo brasileiro. E o SENGE-RJ teve uma ação relevante para que essas empresas públicas não fossem

privatizadas, além do fator político com a entrada da oposição de Anthony Garotinho no governo do Rio. No entanto, novas ameaças de privatização rondariam as duas empresas ainda no governo Garotinho e nas administrações estaduais posteriores. A mídia esteve durante todo esse processo contra a luta dos trabalhadores e a favor das privatizações por todo o Brasil.

Para além dos engenheiros

Um dos aspectos que marcaram a vida do Sindicato nos anos 90 foi a sua intensa solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Formado das lutas dos trabalhadores rurais no fim da ditadura militar, o MST se conformou organicamente em 1984, mas foi na década seguinte que sua atuação se tornou mais notória. Resultado das grandes mobilizações promovidas pelo movimento, mas também da denúncia da dura repressão que se abateu (e se abate) sobre ele, cujos massacres de seus militantes pela Polícia Militar em Corumbiara (RO) e em Eldorado dos Carajás (PA) foram os mais notórios.

É possível verificar diversas visitas do líder do MST, o economista João Pedro Stédile, à sede do Sindicato, como na inauguração do auditório da entidade em 7 de novembro de 1996, quando o mesmo proferiu palestra sobre a questão agrária no Brasil. O líder também escolheu tal auditório mais de uma vez para apresentar os balanços da atuação do MST à imprensa e lançar a revista Sem-Terra.

Em relação aos intelectuais, o SENGE-RJ ampliou sua tradição de ser uma casa frequentada por pensadores críticos. Nomes nacionais e estrangeiros passaram e passam pela sede do Sindicato, discutindo temas relevantes para a compreensão do mundo contemporâneo e na elaboração de um projeto de transformação social. François Chesnais, César Benjamin, Leandro

Konder, Barbosa Lima Sobrinho, Ignacio Ramonet, Vito Giannotti, François Vatin, são alguns que desde os anos 90 colaboraram com o sindicato. O SENGE-RJ também editou cadernos temáticos e livros nos últimos anos.

Quando se “comemoravam” os 500 anos da chegada dos portugueses no Brasil, ao lado de várias entidades o SENGE-RJ promoveu a campanha “Brasil, outros 500”, que visava contar a história do país sob o ponto de vista dos trabalhadores e dos excluídos de ontem e de hoje. Outra iniciativa da maior importância foi a participação na campanha pelo Plebiscito da Dívida Externa, promovido de 2 a 7 de setembro de 2000. No final de 1999 essa dívida já perfazia o montante de R\$ 446 bilhões. Mais de 5 milhões de brasileiros compareceram ao plebiscito popular, votando majoritariamente pela auditoria da dívida externa e contra o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa

marca só seria superada dois anos depois, quando organizaram um novo plebiscito popular sobre a adesão do Brasil ao Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) e 10 milhões de cidadãos brasileiros disseram não. A sede do sindicato serviu como secretaria da campanha deste plebiscito no Rio.

O projeto neoliberal acelerado pelo governo FHC estava enormemente desgastado. Os anos sem investimentos substanciais nas áreas da infra-estrutura trouxeram os apagões, e a falta de concursos públicos para reposição de pessoal aposentado implicava na piora nos serviços públicos para a população. Ao mesmo tempo, houve uma rearticulação maior dos movimentos sociais integrados especialmente pelos setores em volta da CUT, MST e os diversos grupos estudantis. Esse conjunto de forças progressistas, articulando-se no plano internacional

com os grupos críticos da globalização neoliberal, começou a promover em Porto Alegre o Fórum Social Mundial (FSM), iniciado em 2001. O SENGE-RJ ao lado de outras organizações promoveu o Fórum Social do Rio de Janeiro, de 26 a 28 de outubro, na Universidade Cândido Mendes



João Pedro Stédile, economista e líder do MST, na inauguração do auditório do SENGE-RJ, 1996



Um sindicalista no poder e os desafios na mobilização da categoria

2002 2011



Arquivo SENGE/RJ

Greve do setor elétrico no centro do Rio

Na virada do século o Brasil assistiu a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder com Lula, um sindicalista, dirigindo o processo. Após mais de 10 anos de muita mobilização dos sindicalistas junto aos intelectuais, artistas e movimentos sociais, em 2002 um partido popular chegava à presidência com a promessa de mudanças substanciais no modelo de desenvolvimento do país. O SENGE se empenhou no apoio a esse governo mais democrático, mas mantendo sua atuação coerente com críticas construtivas e apresentando propostas em relação ao governo federal. Aparentemente seria o contrário do que FHC vinha implementando com as privatizações, mas na avaliação de muitos diretores do SENGE pouca coisa mudou. Ocorreram transformações, mas nenhuma substancial ou radical. E isso permanece com a chegada de Dilma Rousseff à presidência em 2010.

Em relação às privatizações, por exemplo, os leilões de áreas de exploração de petróleo da Agência Nacional de Petróleo continuaram ocorrendo após a descoberta do Pré-Sal, que mudou todas as expectativas em relação ao lugar do Brasil no mercado internacional de combustíveis. O SENGE-RJ intervém de forma permanente sobre a necessidade de adoção de um novo marco regulatório para a exploração do petróleo no Brasil, ladeando-se com os movimentos na campanha “O petróleo tem que ser nosso”. As Parcerias Público-Privadas (PPPs), consideradas um procedimento que encobririam procedimentos privatizantes, também são muito criticadas pelo sindicato.

A categoria vem sendo prejudicada nas empresas estatais através da intensificação da exploração do trabalho sob a orientação neoliberal.

De certa forma, esse modelo que não foi alterado influi num descompromisso das estatais com o tempo de carreira dos trabalhadores. Com a disseminação da meritocracia e outros métodos neoliberais, gera-se um individualismo e dificulta a mobilização da categoria, que passa a procurar soluções individuais para problemas coletivos. Hoje o inimigo não está tão claro como na década de 90, quando se tinha certeza que as privatizações eram ruins para os trabalhadores e lutava-se contra a entrega da Vale e da CSN, por exemplo. Como a política atualmente é difusa, embora tão prejudicial quanto, existem outras formas mais difíceis de entender que prejudicam o movimento sindical em benefício do mercado. O desafio atual é superar essa crise de participação no meio sindical.

Se por um lado a categoria vem enfrentando essas dificuldades, por



Ato público em Furnas contra privatização

Arquivo SENGE/RJ

outro o sindicato vem conquistando diversos avanços em sua administração. A própria disputa travada com Furnas em relação ao processo data-base levou à busca de melhores mecanismos de combate dentro da máquina sindical. Desde 1995 todos os processos administrativos, financeiros e jurídicos foram informatizados, de modo a deixá-la mais dinâmica e eficiente para os trabalhos políticos e outras atribuições do SENGE. O controle ficou mais consistente, dando mais transparência à administração do sindicato, e as condições de luta foram aprimoradas. As novas gerações terão possibilidades técnicas e administrativas para dar sequência à luta, apesar de ainda ser necessário avançar em muitos pontos.

SIMONE BAIA

(Diretora da Mulher da Fisenge)

A evolução que se pode ver no SENGE-RJ se compara à evolução de grandes sindicatos no mundo. O SENGE tem contribuído muito para essa luta da mulher e sua entrada no meio sindical. Sem o SENGE-Rio a história do sindicalismo no Brasil não seria a mesma. É um marco esses 80 anos, e temos que comemorar. Sempre. O futuro do sindicato é luta incessante, como mostra a própria história do sindicalismo. E é isso que eu vejo no SENGE-Rio: sempre ao lado dos profissionais, em defesa da sociedade. Em relação às mulheres, a falta de engenheiras vem da própria sociedade. A pressão social convence a mulher de que isso é coisa de homem, e as meninas tendem a ir pras áreas humanas. Não que essas áreas não sejam importantes. Estamos em outro milênio, mas ainda se pensa com parâmetros do passado. É difícil mudar, mas evoluímos muito. E temos muito ainda que evoluir, que trabalhar, temos um longo caminho a trilhar. Neste imenso desafio, eu diria: engenheiras do SENGE-Rio participem!, E elas têm sempre participado – sabem que o olhar da mulher, em qualquer área, inclusive na engenharia, é diferenciado.

EDUARDO PIAZERA

diretor financeiro da FISENGE, e diretor do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina SEAGRO))

O SENGE tem demonstrado em sua trajetória que entende o que é sindicalismo, não só no âmbito da engenharia, porque ele levou sua visão de democracia, o ideal de uma sociedade progressista para regiões muito além de suas fronteiras. O SENGE tem uma importância grande na própria fundação do sindicalismo nacional. É possível notar isso pelas batalhas, pela participação com movimentos sociais importantes no país. Reconhecido até fora do Brasil, como bem tem demonstrado as suas relações com a União Internacional de Sindicatos, com oitenta anos de experiência sabe se renovar junto com as mudanças que o mundo exige. E por isso, é, ainda hoje, grande a responsabilidade que tem de dar rumo ao próprio sindicalismo brasileiro. Ele está sempre adiante de seu tempo, apontando caminhos, dando nortes, através do debate, das reflexões necessárias. Continua com essa responsabilidade e tem mostrado que tem cacife para assumi-la e levar avante o ideal de uma sociedade mais justa e igualitária.





A luta continua...

Mesmo com algumas derrotas na fase das privatizações, a implementação de uma nova política de valorização do salário mínimo na era Lula, que trouxe algumas violações aos salários e preocupação aos profissionais, estimulou a luta novamente. Na medida em que o salário subia acima da inflação, começava a ter um número crescente de empresas desrespeitando a lei 4.950-A de 1966. Para garantir o piso salarial foram organizadas em 2007, por exemplo, várias assembleias em grandes empresas, a fim de realizar um enfrentamento político e judicial em defesa dos engenheiros. Os resultados estão vindo agora, com quase todas as ações vitoriosas. As que ainda não foram ganhas estão tramitando, mas no geral nenhuma foi desfavorável à categoria. Essa é a principal luta e conquista em prol dos engenheiros no período mais recente.

A partir do segundo mandato de Lula o Estado brasileiro recuperou, em alguma medida, seu papel de indutor do desenvolvimento econômico. A ampliação de medidas de combate à

pobreza extrema, a ampliação do crédito e o aumento real dos salários consolidou o projeto petista como capaz de dar estabilidade ao capitalismo brasileiro. Além de se tornar respeitado nos fóruns internacionais, o país passou a apresentar sucessivos saldos positivos no comércio exterior, com destaque para a exportação de commodities puxadas pelo espetacular crescimento da China. O Brasil chegou a registrar 7,5% de crescimento do seu PIB em 2010.

No entanto, grupos empresariais, principalmente ligados aos meios de comunicação de massa do país, um dos mais monopolizados do mundo, fizeram (e fazem) ferrenha oposição ao governo. As campanhas midiáticas também são feitas contra os governos progressistas latino-americanos que, tal como Lula, subiram ao poder em alternativa à agenda neoliberal. Por isso, o SENGE-RJ também promoveu debates com seus associados e editou um de seus cadernos especiais dedicado à manipulação da mídia.

O movimento sindical e o SENGE em particular viveram boa parte de sua história na resistência, seja a uma ditadura ou ao neoliberalismo, e atualmente se abre um novo espaço numa conjuntura aberta às proposições. O desafio consiste em levar projetos ao governo e para a categoria, e executá-los com competência. Existem uma série de problemas, divergências e caminhos possíveis a serem trilhados. Então em paralelo com a dificuldade de mobilização e a necessidade de atrair mais jovens para a entidade, pois a faixa etária média é de 50 anos, é necessário clareza e coesão nas escolhas para a categoria. O Brasil vem passando por um processo de crescimento, mesmo que ainda com diversos problemas sociais e culturais, e a engenharia se faz necessária para

resgatarmos uma dívida enorme que existe em campos como habitação e saneamento básico, dentre outros. Esse é um bom momento histórico para os engenheiros, apesar de todas as dificuldades no meio sindical, e é nesse contexto que ocorre o coroamento de uma história de 80 anos de lutas travadas pelo SENGE-RJ.

ð dos preceitos corporativistas que, afinal, marcam a estrutura sindical oficial desde os anos trinta, o Sindicato se vê como ator do processo político brasileiro, sem que isso implique no abandono das demandas específicas da categoria. Por tudo isso, acreditamos que a memória deste Sindicato deve ser celebrada e esta revista constitui uma modesta contribuição, com a perspectiva, em breve, de comemarmos o lançamento do livro SENGE-RJ Oitenta Anos de lutas.



Hora de comemorar

“Valeu a pena!”

Fotos: Adriana Medeiros



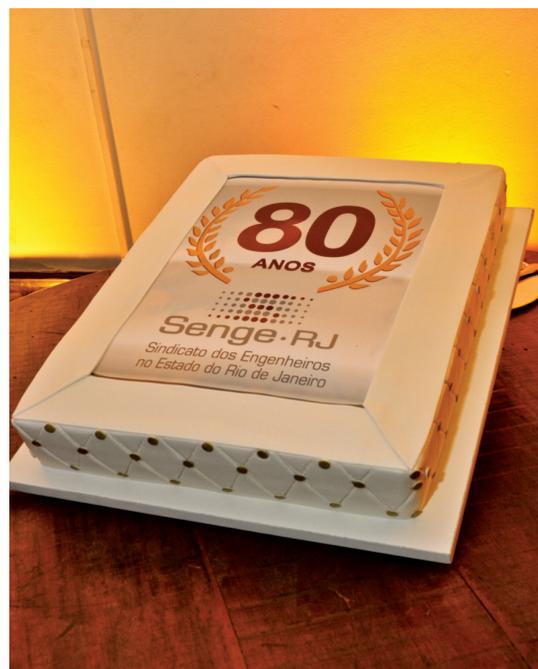
O vereador Eliomar Coelho faz a entrega da medalha Pedro Ernesto, maior homenagem da Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, e do diploma à Diretoria Colegiada na festa de 80 anos de história. No detalhe, a vice-presidente Lusia Maria de Oliveira condecora Olimpio dos Santos, presidente do Senge-RJ.

Com as palavras de Olimpio Alves dos Santos, presidente SENGE-RJ, emoção e alegria abriram a festa de 80 anos no centenário salão do Clube Ginástico Português, dia 22 de setembro último, no centro do Rio. “Na data de 22 de setembro de 1931, afirmou Olimpio, estávamos iniciando uma nova fase no país. Caiu o governo de Washington Luis e assumiu o governo provisório de Getúlio Vargas. Eram outros tempos. Os jovens e senhores que fundaram esse Sindicato estavam envolvidos num movimento que derrubou o governo oligárquico de Washington Luis. Essa é nossa história de muitas lutas, muitas vitórias e derrotas. Se me perguntarem se valeu a pena eu digo que valeu e valerá sempre a pena ter um ideal e lutar por ele”.

Na platéia grande parte foi protagonista desta construção, inclusive os

apresentadores – Jorge Antonio e Virgínia Brandão, integrantes da diretoria que comandaram a festa como mestres de cerimônia. Presentes os diretores dos onze sindicatos que integram a Federação Interestadual dos Sindicatos dos Engenheiros – Fisenge, representados nas saudações por seu presidente VCarlos Bittencourt.

Em meio a muitas homenagens e o resgate da história da democratização no país, o SENGE-RJ recebeu das mãos do vereador Eliomar Coelho (PSOL) a Medalha Pedro Ernesto, maior comenda da cidade.



Bolo da festa de 80 anos do Senge



Olimpio e o homenageado Nelson Ebecken



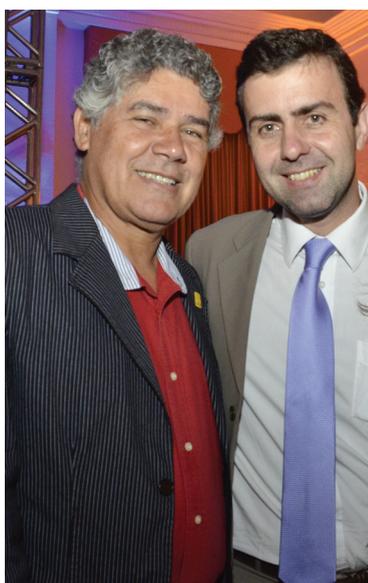
Homenageados: o engenheiro e vereador Eliomar Coelho...



... e Paulo Gonçalves, diretor da Eletronuclear,



Agamenon Oliveira, diretor do Senge, e o homenageado Aquilino Senra, (COPPE), engenheiro nuclear



Deputado Federal Chico Alencar e estadual Marcelo Freixo, ambos do Psol-RJ



Jerson Kelman, presidente da Light



Vereador Reimont (PT), deputado federal Alessandro Molon (PT) e estadual Inês Pandeló (PT)



Clovis Nascimento, Virgínia Brandão e Jorge Bittar





Presidentes 1931/2011

José Furtado Simas (1931-1932)

Cesar do Rego Monteiro Filho (1932-1933)

Annibal Pinto de Souza (1933-1934)

Maurício Joppert da Silva (1934-1935)

*por motivo de afastamento, o Engº João Felipe Sampaio Lacerda terminou o mandato na presidência

Paulo Castello Branco (1935-1936)

Raymundo Barbosa Carvalho Neto (1936-1937)

Braulio Eugênio Muller (1937-1938)

José Furtado Simas (1938-1941)

José Furtado Simas (1941-1943)

Luiz Onofre Pinheiro Guedes (1944-1946)

*esta diretoria prolongou-se até 1952

Luiz Gioseffi Jannuzzi (1952-1956)

Otávio Reis de Cantanhede Almeida (1957-1961)

Luiz Santos Reis (1962-1964)

José Marcelo Pereira da Cunha (1964-1966)

Antonio Arlindo Laviola (1966-1980)

Jorge Bittar (1980 – 1986)

Ronaldo Barbosa Macedo (1986 -1989)

Everton de Almeida Carvalho (1989)

Paulo Roberto de Souza Mello (Até 1992)

Paulo Augusto Gonçalves (1992-1995)

Sérgio Barbosa de Almeida (1995-2001)

Clóvis Nascimento Filho (2001-2004)

Paulo Granja (2004-2007)

Agamenon Rodrigues de Oliveira (2007-2008)

Luiz Antonio Cosenza (2008-2009)

Olímpio Alves dos Santos (2009-2011)